



Anais da Assembleia

Nº 117

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE SETEMBRO DE 1991.

ANO XVII

Atos da Presidência:

LEI Nº 9706

DATA: 17 de setembro de 1991.

SÚMULA: Estabelece critérios para a efetuação de repasses de recursos do Tesouro Estadual aos municípios, conforme específica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - os repasses de recursos financeiros provenientes do Tesouro Estadual às Prefeituras Municipais, mediante assinatura prévia de termo de cooperação, para o pagamento de salários e respectivos encargos sociais dos professores municipais que prestam serviços junto à Rede Estadual de Ensino, deverão ser efetuados, mensalmente, pelo órgão repassador até o último dia útil do mês em que ocorrer a despesa.

§ 1º - Os municípios beneficiários dos recursos deverão apresentar relatório estipulando os gastos para cobertura do termo de cooperação, até o dia 20 (vinte) do mês em que ocorrer a despesa, sob pena de não receberem os recursos no prazo previsto no caput deste artigo.

§ 2º - A não transferência dos recursos de que tratam o caput deste artigo para a conta bancária designada pelo município no prazo estipulado acarretará a correção diária dos valores, de acordo com o índice de atualização fixada pelo Governo Federal.

Art. 2º - A prestação de contas, por parte da Prefeitura Municipal, deverá ser efetuada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao recebimento perante o órgão repassador do recurso.

Parágrafo Único - A não prestação de contas, pelo município, junto ao órgão repassador dos recursos dentro do prazo fixado no caput deste artigo o impedirá de receber novos recursos enquanto não regularizar a situação.

Art. 3º - Aos municípios que concedem outros benefícios como cesta básica, vale-transporte, vale-refeição, a Secretaria de Estado da Educação repassará através do Termo de Cooperação, recursos para que sejam estendidos aos seus conveniados.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 17.09.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

LEI Nº 9707

DATA: 17 de setembro de 1991.

SÚMULA: Altera o artigo 1º da Lei nº 9241, de 09.05.90, que criou "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Nova Santa Bárbara.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 9241, de 09.05.90, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado ad-referendum do resultado do plebiscito, o município de Nova Santa Bárbara, desmemorado do município de Santa Cecília do Pavão, conforme específica.

Partindo da cabeceira mais alta do rio Paulo, segue uma linha reta até alcançar a cabeceira mais alta do rio José Maria, continuando até a nascente do córrego Palmital, em continuação até uma das vertentes do rio José Maria, denominada Balbino, seguindo em linha reta até outra vertente do mesmo rio José Maria, chamada Hirano, seguindo então a linha reta onde atravessa a estrada oficial do Cerne até a cabeceira do córrego Zé Procripio e deste segue até a nascente do Quinzinho, a qual desagua no rio Sabiá. Desta nascente segue até a cabeceira do rio situado na fazenda Guilomar ganhando o mesmo rumo divisório da estrada Setecentos Alqueires e por esta até a divisa do rio São Jerônimo, por este águas acima até a foz do ribeirão do Tigre, por estas águas acima até o cruzamento com a estrada para Marabá e Congonhinhas, deste ponto pelo divisor de águas entre os rios São Jerônimo e Congonhas (Serra do Tigre) até encontrar a cabeceira mais alta do rio Paulo, ponto inicial".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 17.09.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 92.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a pre-

sença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zarusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Elio Rusch, Geraldo Cartário e Luiz Antonio Setti (04). Achando-se em licença os Senhores Deputados Cezar Silvestri e José Afonso Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os n.ºs DIL/SAT/259, 260, 261 e 262/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.º 171/91, 196/91, 108/91 e 154/91. - À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n.ºs DIL/SAT/258 e 263/91, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo os Projetos de Lei n.º 152/91 e 190/91. - Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 0944/91, do Senhor LUIZ CHEMIM GUIMARÃES - Procurador Geral de Justiça, encaminhando Projeto de Lei que visa reajustar, a partir de 1º de setembro de 1991 os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e funções gratifica-

das dos Servidores Auxiliares do Ministério Público do Estado do Paraná, bem como reajustar o valor das gratificações de produtividade, de representação de gabinete, salário-família e dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. - Ao conhecimento da Casa.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Nº 106/91

G.P.

D.E.F.

Curitiba, 7 de setembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar, a partir de 1º de setembro de 1991, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como, o salário do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Tal medida visa permitir e manter a mesma igualdade de tratamento dispensado aos ocupantes de cargos do Poder Executivo, obedecendo-se assim, a equivalência de valores idênticos aos funcionários que exercem estes cargos neste Poder.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) LUIS RENATO PEDROSO
Presidente

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
GABINETE
Nº 0944/91

Curitiba, 18 de setembro de 1991.
Senhor Presidente.

Honra-me apresentar a Vossa Excelência nos termos do § 2º do artigo 114 da Constituição do Estado do Paraná, Projeto de Lei que visa reajustar, a partir de 1º de setembro de 1991 os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Paraná, bem como reajustar o valor das gratificações de produtividade, de representação de gabinete, salário-família e dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Na certeza do apoio e aprovação da presente proposta, renovo a Vossa Excelência os protestos de estima e apreço, a par de minha pessoal consideração.

(a) LUIZ CHEMIM GUIMARÃES
Procurador Geral de Justiça

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Anteprojeto de Lei n° 417/91 que reajusta os níveis de vencimentos dos integrantes do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 2397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 418/91 que visa reajustar, a partir de 1° de setembro de 1991 os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas de produtividade, de representação de gabinete, salário-família e dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) ADEMAR TRILANO

REQUERIMENTO N° 2382

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o adiamento de discussão e votação da proposição n° 040/91, por 3 sessões.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o adiamento por 05 (cinco) sessões, da discussão e votação do projeto lei n° 198/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que altera o artigo 2° da lei n° 6.470, de 22/10/73, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa da discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) ADEMAR TRILANO

REQUERIMENTO N° 2393

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, com base no § 2° do art. 175, do Regimento Interno, a realização de uma Sessão Extraordinária, trinta (30) minutos após o término da Sessão Ordinária do dia 19 do corrente, para apreciação em 2ª discussão dos Projetos de Lei n°s 410 e 411/91, que tratam de aumento do funcionalismo público do Estado.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 2398

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, na forma regimental, seja designado um advogado integrante dos quadros da Casa para acompanhamento, junto ao Poder Judiciário, dos processos de apuração de denúncias de corrupção decorrentes de sindicâncias realizadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

A apuração efetiva e a punição exemplar dos responsáveis por casos de corrupção é um desejo latente no seio da sociedade paranaense. Esta Poder Legislativo, "constituído de representantes do povo" conforme constitucionalmente lhe define o artigo 52 da Magna Carta Estadual, não pode fazer ouvidos moucos a este sentimento popular, sob pena de não darmos a adequada correspondência ao papel que nos é atribuído.

Neste sentido, contamos com a especial deferência da Mesa da Casa no sentido de designar um advogado dos quadros desta Assembleia para acompanhar o andamento dos processos através dos quais o Poder Judiciário Paranaense apura denúncias de irregularidades administrativas e no trato do erário, já apontadas em sindicâncias realizadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.

REQUERIMENTO N° 2394

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja indicado o Deputado Federal Dr. Ulysses Guimarães, para a relevante função de Coordenador Político para a viabilização do entendimento nacional; dando-se conta desta manifestação à personalidade indicada.

Esta Assembléia não pode deixar de tomar conhecimento do momento nacional importante que vivemos, quando as principais personalidades da vida pública se esforçam pela busca de um consenso político mínimo capaz de assegurar a retirada do País da crise recessiva em que se encontra.

O Dr. Ulysses deve ser o grande interlocutor político do Presidente da República, por ser um nome de político honrado, com dimensão internacional e com credibilidade entre todas as classes sociais. É importante o sucesso da iniciativa pró-entendimento porque a crise abala a própria democracia, há tão pouco restaurada no Brasil.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) NILTON CÉSAR SERVO

REQUERIMENTO N° 2383

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Doutor JONAS SALOMÃO DEQUECH, ocorrido em 12 de setembro do corrente ano, nesta Capital.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a Senhora ROSI OLIVEIRA DEQUECH (viúva), à Rua Olavo Bilac, 326, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor PAULO ROBERTO SANTOS, ocorrido no dia 14 de setembro do corrente ano, no município de Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2386

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações ao cineasta paranaense FERNANDO SEVERO, premiado no Festival Nacional de Cinema de São Luiz, com o filme "Os desertos dias", escolhido como a melhor realização, ficando também com o prêmio de melhor fotografia.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) ALGACI TULLIO

JUSTIFICATIVA:

FERNANDO SEVERO é, inegavelmente, uma das maiores expressões da cultura contemporânea do Paraná, como nome exponencial do nosso cinema. Anteriormente já havia

obtido outras premiações, com o memorável documentário sobre KOSAK. Mais uma vez o brilhante cineasta recebe menção pelo seu trabalho, da melhor qualidade e grande valor cinematográfico, reafirmando a vocação paranaense para essa manifestação cultural.

REQUERIMENTO N° 2368

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Secretário de Estado da Educação, Dr. Elias Abrahão, solicitando providências para que seja construída e instalada no município de Mandaguaçu uma Escola Estadual de Regime Integral, conforme justificativa.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mandaguaçu, distante 14 quilômetros de Maringá, tem sofrido consequências sociais da proximidade da grande população urbana de Maringá, e, por questão natural do desenvolvimento urbano, faz parte da Região Metropolitana de Maringá.

Com condições mais baratas para a habitação, e com fluxo de locomoção intenso com Maringá, Mandaguaçu se tornou local preferido para quem deseja morar e trabalhar em Maringá. Mora-se em Mandaguaçu e trabalha-se em Maringá. As linhas de ônibus circulares são periódicas durante todo o dia, de 30 em 30 minutos. Muita gente deixa seu lar, seus filhos em casa, para trabalhar em Maringá.

O problema dos menores, permanecendo em casa, enquanto os pais trabalham fora da cidade, sem qualquer amparo da sociedade, acarretará, com o tempo, em conflitos sociais para a população, e mesmo para esses menores, abandonados à mercê de sua própria sorte. As influências da grande metrópole chegam facilmente à cidade-satélite.

A Escola de Regime Integral proporcionará à população mais carente dos municípios em que for implantada, uma proteção ao menor estudante. Enquanto os pais trabalham fora, os filhos, os alunos da escola de regime integral, passam o dia na escola, estudando, praticando esportes, alimentando-se.

"É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente", diz o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 70). A escola de regime integral ajudará afastar da marginalidade o menor carente de Mandaguaçu.

Em anexo, a Indicação n° 105/91, do

Vereador Carlos Gilberto Grosso, aprovada pela Câmara Municipal de Mandaguáçu, em que pede a este Deputado que intervenha junto ao Governo do Estado e à Secretaria de Estado da Educação, para que Mandaguáçu seja beneficiada com tal escola.

Eis as razões deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 2369

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, oficialmente, via FAX, às autoridades adiante mencionadas, para que envidem esforços no sentido de que seja recapeada a BR-376, no trecho entre os Municípios de Presidente Castelo Branco e Paranaíba, no Estado do Paraná, e pelas razões que expõe:

- a) ao Secretário Nacional dos Transportes, José Henrique de Amorim Figueiredo, em Brasília;
- b) ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Antonio Carlos Berruci Loureiro Alves, em Brasília;
- c) ao Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Paraná (DNER-PR), Edy Nakamura, em Curitiba;
- d) ao Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A BR-376, no trecho entre os Municípios de Presidente Castelo Branco e Paranaíba, apresenta as seguintes características:

- 1.) interliga 45 municípios do Noroeste e Oeste Paranaense, quer entre si, quer com outras regiões do Estado e de outros Estados;
- 2.) é tronco principal para 7 (sete) troncos menores de rodovias estaduais, todas elas asfaltadas;
- 3.) possui um fluxo diário de 20.000 veículos, considerando-se os de grande e de pequeno porte;
- 4.) tem ligação direta com o Estado do Mato Grosso do Sul, através do Porto São José, além de outros acessos ao mesmo Estado por: Porto Rico, Porto Brasília, Porto Querência, Porto Ivaí, todos na região Noroeste, e Porto Camargo, na região Oeste do Paraná;
- 5.) tem ligação direta com o Estado de São Paulo, via Jardim Olinda Teodoro Sampaio, ou Itaguapé Teodoro Sampaio, e via Santo Inácio Pirapozinho;
- 6.) é corredor de transporte de produtos agropecuários e manufaturados para o Sul do País, vindos dos Estados do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Rondônia, do Acre, de Goiás, e do Oeste de São Paulo, que se servem do Porto de Paranaguá para

seus serviços de exportação;

7.) da mesma forma é o corredor preferencial de fluxo rodoviário do Sul do País, com destino ao Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Goiás, e Oeste do Estado de São Paulo;

8.) é o único meio de transporte de cargas, a partir de Maringá, pois, a malha ferroviária só chega até Maringá.

O estado deplorável em que se encontra a BR-376, nesse trecho é de causar espanto aos que dela se servem: buracos na pista, falta de acostamento, sinalização precária, efeitos de erosão pluvial (considerando-se a formação do solo - arenito Caiuá).

O correto seria a duplicação dessa rodovia, no trecho entre Maringá e Paranaíba. Mas, no momento, o indispensável é o recapeamento da rodovia, principalmente entre Presidente Castelo Branco e Paranaíba.

É o que tínhamos a expor.

REQUERIMENTO N° 2373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido do douto Plenário, REQUER, oficiamento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Paraná, José Moacir Favetti, sobre a necessidade de que metade das cem (100) vagas existentes para o concurso ao cargo QPM 3-12, para ingresso na corporação do 5° BPM, seja destinado a mulheres.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, em seu artigo 5°, inciso I, dispõe expressamente que "... homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".

É alteração de fundo que se impôs ao ordenamento e fulminou qualquer resquício de discriminação relativa ao sexo. Em verdade, como soe acontecer no Direito, esta previsão tão somente acompanha a realidade social da igualdade conquistada entre homens e mulheres, também no campo profissional, decorrente da óbvia igualdade de capacidades.

A Polícia Militar do Paraná não pode ser bastião de um injustificado conservadorismo, abrindo vagas à admissão em seus quadros tão somente aos homens, quando a força do trabalho feminino revela-se tão eficaz quanto o do masculino.

Ademais, a realidade impõe que as mulheres tenham igualdade de oportunidades ao ingresso no mercado de trabalho; afinal deixaram há muito de ser tão somente "donas-de-casa" - o que absolutamente não é pouco - e passaram a contribuir na cons-

trução do orçamento da família, em igualdade de condições com seus maridos, pais ou irmãos.

A abertura de vagas para o 5º BPM, portanto, deve atender a esta realidade socialmente imposta e, como setor vanguardista da nossa sociedade, deverá permitir que as vagas ao referido concurso para ingresso no 5º BPM, de Londrina, sejam abertas, ao menos na metade de seu número, aliás como já solicitado pelo Poder Legislativo da própria cidade de Londrina, por seus mais ilustres representantes, também a mulheres.

REQUERIMENTO Nº 2388

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício deste Poder ao Tribunal de Justiça pela criação da 2ª VARA CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com parecer favorável, em face da existência de elevado número de processos criminais em andamento, resultante do crescente índice demográfico da referida Comarca e volume de processos, acrescido em cerca de 150 (cento e cinquenta por cento) em apenas um ano, conforme justificativa anexa da Câmara Municipal de São José dos Pinhais.

Que do presente se dê ciência à Câmara Municipal e à Prefeitura de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2371

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, solicitando a transferência do Comando de Destacamento da Polícia Militar do Município de Inácio Martins, sediado atualmente no município de Guarapuava, para o Comando do Destacamento Militar do Município de Irati.

Consubstanciado na iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Inácio Martins PEDRO IVO GONÇALVES, o qual nos relatou que são muitos os transtornos, quando da necessidade do amparo policial por parte do Comando Militar em Guarapuava.

Neste sentido, o município de Irati, como sede de Comarca e da Microrregião 17ª, Centro-Sul, ficaria muito mais viável do ponto de vista territorial e administrativo para o município de Inácio Martins, trazendo assim, sensíveis melhorias em todos os aspectos.

Em face do exposto, espera-se a consideração do assunto em tela, adotando-se as

medidas cabíveis no menor prazo possível.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2372

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor MÁRIO PEREIRA, Secretário dos Transportes, para que sejam executadas as obras de construção dos acostamentos das Estradas Estaduais: PR-364, Irati - Guaririm (Lagoa) e PR-153, Irati - Rebouças (Vila São João) no município de Irati, conforme entendimentos já mantidos com o Senhor Secretário dos Transportes.

Tal postulação justifica-se, tendo em vista que aquelas rodovias possuem um grande fluxo de pedestres e veículos, sendo os pedestres, em sua maioria, constituídos de trabalhadores e estudantes, colocando em risco a vida de inúmeros transeuntes que se beneficiam direta e diuturnamente daquelas rodovias.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive nos termos regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Antonio Cabrera, Ministro da Agricultura, solicitando providências urgentes para salvar a triticultura paranaense que são:

- 1 - Alocar recursos para EGF e AGF;
- 2 - Garantir, pelo menos preço mínimo;
- 3 - Estabelecer o preço de liberação de estoques e a tributação compensatória sobre o produto importado;
- 4 - Solicitar à CONAB que não venda trigo dos estoques do Governo até já definido o preço de liberação de estoques;
- 5 - Liberar imediatamente as indenizações do PROAGRO já deferidos, favoravelmente aos produtores.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

Caso as medidas pleiteadas pelos triticultores paranaenses, relacionadas neste requerimento não sejam atendidas, a produção de trigo nas próximas safras, estará totalmente comprometida, acarretando aumento da importação do produto com gosto maior de divisas, risco de inviabilização de muitos agricultores por falta de alternativa - trigo para o inverno. E ainda, se o preço continuar baixo, haverá a utilização do trigo como substituto do milho na alimentação de animais. Por tudo isso, es-

peramos que o Ministro aja rapidamente na busca de soluções aos entraves, evitando o desestímulo à produção.

REQUERIMENTO N° 2378

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Maurício Requião, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de reivindicar recursos financeiros para urgentes reformas na Escola Estadual Santa Elisa - EPG, no Distrito de Santa Elisa, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao ilustre Prefeito Municipal, Sr. Alexandre Ceranto, ao Vereador Benedito Padilha e a Diretora do referido estabelecimento, professora Yolanda Aparecida Jarencio Pedroso, (av. São Bento, 45 - Santa Elisa).

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A escola encontra-se em péssimo estado de conservação e há mais de 15 anos não foi feita nenhuma reforma ou reparo naquele estabelecimento de ensino, causando sérias infiltrações, com sanitários sem condições de uso e precisando de pintura. A visita feita por nós recentemente, nos levou a reivindicar medidas urgentes para oferecer segurança às crianças e aos professores e funcionários daquela instituição.

REQUERIMENTO N° 2379

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de Expediente Oficial ao Excelentíssimo Sr. Osni Ribas Alves, digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA/Regional Paraná, no sentido de que sejam liberados recursos financeiros e/ou materiais, para a construção de uma creche no distrito de Herculanópolis, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Umuarama, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente a nível de sede e de seus distritos administrativos.

Através de sua Secretaria de Bem-Estar Social, a Prefeitura coloca-se neste processo, como instrumentalizadora das iniciativas da comunidade e, em particular, no que se refere à creches, não só por entender que o menor necessita de um local para ser atendido em suas necessidades básicas e que creche é um direito da mulher trabalhadora. Porém, compreende também que

o acesso ao trabalho é a questão principal, em toda a ação que busque a promoção social.

Nada mais justo, portanto, que um município onde se vem buscando a industrialização, o mesmo coloque à disposição da comunidade trabalhadora uma rede de serviços básicos, como é considerada a creche.

O Município conta hoje com 15 creches distribuídas com 8 na sede e 7 nos distritos. Junto a estas desenvolve um trabalho de assessoria técnica e financeira, ou seja, subvenciona-se financeiramente e ao mesmo tempo tenta assegurar a qualidade do trabalho junto a seus funcionários e diretoria. No entanto, apesar desta existirem áreas descobertas ainda por esse tipo de serviço e nas quais a comunidade organizada reivindica. Portanto, Umuarama necessita hoje, de mais creches para atender a demanda atual.

Os objetivos, dentre outros são:

- 1 - ampliar o quadro de creches no município, gerando mais vagas para o atendimento do menor;
- 2 - dotar áreas desprovidas e, cuja necessidade é emergente, com o serviço de creche;
- 3 - qualificar o atendimento ao menor, nestas instituições;
- 4 - possibilitar à mãe, o trabalho remunerado e conseqüente aumento na renda familiar;
- 5 - atender as reivindicações da comunidade.

REQUERIMENTO N° 2380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de Expediente Oficial, ao Excelentíssimo Sr. Dr. Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizado a reconstrução das pontes sobre os rios Jangada, na estrada Dr. Amorim e Sarandi na estrada que liga o distrito de Oroitê ao Palmital, em Iporã.

Do aprovado, requer ainda, envio de correspondência aos ilustres senhores Moisés Mendes, digno vereador, Otoniel Ferreira, digno Prefeito Municipal e ao José Firmino de Souza, vereador e proponente.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que as pontes acima citadas, encontram-se em precárias condições de uso, pois há muito tempo não são conservadas, ve dificultando o tráfego normal de veículos que transportam a produção local.

REQUERIMENTO N° 2381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de Expediente Oficial ao Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja viabilizado a ampliação das dependências físicas do Colégio Estadual de Vila Nilza, localizado no distrito do mesmo nome, em Iporã.

Do aprovado, requer ainda, encaminhamento de correspondência ao ilustre Prefeito Municipal de Iporã, ao vereador Moisés Mendes e ao vereador Dorival Passarella.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O referido estabelecimento de ensino, localizado num dos distritos mais populoso de Iporã, carece de cantina, mais banheiros, sala de Professores e área administrativa condizente com o seu volume de atendimento. Não é só conforto que se reivindica com essas obras, mas também a melhor qualidade e nos serviços dos profissionais que lá trabalham.

REQUERIMENTO N° 2389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Edison Gradia, do Esporte e Turismo, solicitando que sejam procedidos estudos técnicos para posterior viabilização de Convênio a ser firmado entre aquela Secretaria e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC, para implantação já no 1° semestre de 1992 do Curso Técnico de Guia Turístico na Cidade de Ponta Grossa e nas principais cidades turísticas do Estado do Paraná.

O que se busca é atender prioritariamente exigência do órgão sindical que congrega a classe em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

Apoiamento: Arlindo Troian, João Arruda, Algaci Túlio, Nelson Justus, Emília Belinati, Lourenço Fregonese, Anibal Khury, Heinz Herwig, Ademar Traiano, Mário Bezerra, e Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

A exigência do Sindicato dos Guias de Turismo do Estado do Paraná para com as pessoas que atuam como Guias em nosso Estado, mas que não tem Curso Técnico para registro junto ao órgão, tem criado entraves para o trabalho destes. Isto porque em muitas cidades que exploram seus potenciais turísticos não existem Guias de Turismo profissionais como se exige, já que

até o momento não foram ministrados cursos específicos de habilitação nas cidades do interior.

Uma vez firmado o Convênio regularizar-se-ia a situação de centenas de pessoas que já trabalham como Guias e que não podem ser discriminados por não ter sido implantado nas cidades do Paraná, se não em Curitiba, o curso exigido.

REQUERIMENTO N° 2392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando determinações no sentido do Departamento de Estradas de Rodagem, (D.E.R.), auxiliar na medida do possível a Prefeitura de Guaratuba na recuperação de ruas, praças, vias de acesso e outros melhoramentos ao nosso principal balneário, que prevê para a próxima temporada o maior número de turistas da história do nosso litoral.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

No sentido de conjugar esforços entre a Secretaria de Estado dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Guaratuba, para agilizar a preparação do balneário para a próxima temporada que está prevista para ser uma das maiores de todos os tempos, inclusive com número incalculável de turistas estrangeiros, entendemos ser de fundamental importância o auxílio do D.E.R. para a Prefeitura de Guaratuba no atual momento de dificuldade, onde se faz necessária a presença da equipe do D.E.R. com sua estrutura e experiência na busca de soluções conjuntas para agilizar o processo de desenvolvimento do turismo no litoral paranaense.

Temos certeza que o trabalho que será realizado e a excelente imagem do D.E.R., como organismo gerador de modernidade e modelo de trabalho de seus técnicos, colaborando com a Prefeitura de Guaratuba unindo esforços para o fim solicitado, merecerá o reconhecimento de toda a população do litoral.

REQUERIMENTO N° 2395

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Fernandes Dias, no sentido de que o mesmo tome medidas urgentes e imprescindíveis para minorar os efeitos calamitosos da estiagem que assola o Noroeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) CLEITON KIELSE.

JUSTIFICATIVA:

É calamitosa a situação que hoje enfrenta o NOROESTE de nosso Estado, posto que já há algum tempo que não chove na mesma, ocasionando uma estiagem das piores que se tem notícia na região, o que tem causado problemas emergenciais, face à perda de quase a totalidade da safra, notadamente a de mandioca, ocasionando um desempenho em massa, sendo certo que a situação dos bóias-frias é dramática, existindo famílias inteiras que não têm o que comer.

Face ao acima exposto, solicita-se urgentemente que o Secretário de Agricultura e Abastecimento, tome medidas extraordinárias tais como criação de frente de trabalho, distribuição de alimentos à população mais carente e outras que entender, convenientes, para amenizar as circunstâncias funestas advindas do presente momento, tendo em vista os atuais contornos dramáticos, que podem vir a causar uma grande convulsão social na região.

REQUERIMENTO Nº 2399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o Soberano Plenário, REQUER o envio de expediente: ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura do Estado do Paraná; à Promotoria de Defesa das Garantias e dos Direitos Constitucionais e ao INCRA-Instituto de Colonização e Reforma Agrária Superintendência do Estado do Paraná, para fins de esclarecimentos e, inclusive, pareceres, a respeito da Contribuição Confederativa Constitucional Rural, sobre a legalidade da referida contribuição, a qual foi criada pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, com base no art. 8º, nº IV, da Carta Federal, uma vez que o mesmo artigo da Lei Maior, nº V, preceitua que "Ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato".

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Prende-se o presente requerimento ao fato de que a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, institui a taxa de contribuição aos proprietários rurais, com o nome de Contribuição Confederativa Constitucional Rural, tendo como suporte legal o art. 8º nº IV, da Carta Federal.

Sucedendo que, os proprietários rurais já colaboraram com a Contribuição Sindical e agora, também, terão que pagar mais esta contribuição confederativa, fato que vem agravar, mormente aos pequenos proprietários, a situação financeira dos produtores rurais, vez que referida contribuição foi

imposta compulsoriamente.

REQUERIMENTO Nº 2387

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrita nos Anais do Poder Legislativo do Estado do Paraná, a Nota Oficial divulgada pela Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, em repúdio ao chamado "emendão".

Que do presente, além da própria OAB, em Brasília, dê-se ciência à OAB-Pr, aos Deputados Federais e Senadores pelo Paraná e ao Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É da maior oportunidade a Nota divulgada pela Ordem dos Advogados do Brasil, no momento em que o Presidente da República acena com a proposta de uma emenda à Constituição alterando 25 dispositivos, dentre os quais a retirada da estabilidade do servidor público, a redução de salários e a aposentadoria por tempo de serviço.

Essa proposta é encaminhada ao Congresso Nacional no momento em que o Brasil sofre uma pressão do Fundo Monetário Internacional, FMI, para a liberação de um novo empréstimo de US\$ 3 bilhões.

É preocupante saber que o Governo pretende, como define a própria OAB, dilacerar a Constituição, transformando-a em instrumento consagrador do arbítrio, ao autoritarismo e do descomprometimento do País com os seus deveres.

Que a transcrição da nota da OAB nos Anais da Assembleia Legislativa do Paraná, proclame o repúdio, também deste Poder, de forma veemente, ao "emendão", em defesa da soberania nacional, do respeito ao Congresso Nacional e à legalidade constitucional.

O Brasil não pode sair dos trilhos para facilitar a administração de um Governante. Nossa Constituição foi escrita à luz de um grande debate nacional e se equívocos ela contém, eles poderão ser corrigidos no processo legislativo ordinário ou na reforma que a própria Carta propõe.

Nossa Constituição não pode ser retalhada sob nenhum argumento, porque isto implicaria na própria renúncia à vida democrática e à ordem constitucional.

O Paraná diz não, com coragem, à arbitrariedade representada pela emenda proposta pelo Governo Federal, colhendo para si e em nome do seu povo, as palavras lúcidas da Ordem dos Advogados do Brasil, expressas na Nota anexa, divulgada no dia 26 de agosto, em Brasília- DF.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 420/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, de Borrazópolis.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

A APAE é uma sociedade de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede e foro no Município de Borrazópolis, Estado do Paraná.

A Associação iniciou suas atividades em fevereiro/1990, contando com matrícula inicial de 22 alunos e hoje conta com 26 educandos carentes de eficiência mental, distribuídos em 06 turmas nos programas de Estimulação Precoce, Treinamento Básico, Maternal e Jardim.

Grande tem sido a luta da Associação, nos poucos anos de existência que presta inestimáveis serviços aos excepcionais.

E, é alimentada nesse amor, nesse trabalho e com muita fé nos serviços prestados, é que solicitamos seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 421/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os Municípios são isentos de custas no registro da matrícula imobiliária, de certidões negativas de protestos, concordatas e falência, bem como de certidões de registro de imóveis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) ALBINO CORAZZA.

Apoiamento: Elío Rusch, Emília Belinati, Colombino Grassano, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Arruda, Dobrandino da Silva, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Durval Amaral, Arlindo Troian, Ademar Traiano e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

O benefício requerido pelos Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista, através do presente projeto de lei, era assegurado aos municípios do Paraná na Lei Complementar nº 27, de 08 de janeiro de

1986, atualmente suprimida.

Pretendem os Parlamentares Municipais resgatar este benefício justo aos Municípios paranaenses, como meio de reduzir despesas a estas unidades administrativas já sobrecarregadas com todas as formas de tributos e encargos.

PROJETO DE LEI Nº 422/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os Municípios gozarão de redução de 20% o pagamento das publicações que fizerem no Diário Oficial do Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) ALBINO CORAZZA.

Apoiamento: Elío Rusch, Colombino Grassano, Emília Belinati, Heinz Herwig, Dobrandino da Silva, João Arruda, Alceu Swarowski, Durval Amaral, Toti Colaço, Ademar Traiano, Arlindo Troian e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

O benefício requerido pelos Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista, através do presente Projeto de Lei, era assegurado aos municípios do Paraná na Lei Complementar nº 27, de 08 de janeiro de 1986, atualmente suprimida.

Pretendem os Parlamentares Municipais resgatar este benefício justo aos municípios paranaenses, como meio de reduzir despesas a estas unidades administrativas já sobrecarregadas com todas as formas de tributos e encargos.

PROJETO DE LEI Nº 423/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de que trata o Art. 7º da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, em conformidade com o Parágrafo 1º do Art. 1º da Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991, até o dia 1º de maio de 1992.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(a) ALBINO CORAZZA.

Apoiamento: Elío Rusch, Colombino Grassano, Emília Belinati, Eurides Moura, João Arruda, Heinz Herwig, Dobrandino da Silva, Alceu Swarowski, Durval Amaral, Arlindo Troian, Toti Colaço, Ademar Traiano e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991, que "Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992...", assegura no parágrafo 1º do art. 1º que "na mesma data serão realizadas eleições para Prefeitos, vice-Prefeitos e Vereadores nos Municípios que venham ser criados até 1º de maio de 1992".

A Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, restringe este prazo ao dia 31 de dezembro, quando diz que a "criação de município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas no ano anterior ao da eleição municipal".

É grande o número de processos emancipacionistas que tramitam nesta Casa, a maioria deles à espera de documentação que preencha o requisito do inciso I do Art. 2º da mesma Lei Complementar, cujos dados poderão ser fornecidos pelo IBGE após a conclusão do censo que está sendo realizado.

Diante disso os Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista entendem que a Lei Estadual deve ser adequada à Legislação superior, de forma a permitir o atendimento ao anseio de tantas comunidades que pleiteiam sua independência político-administrativa.

PROJETO DE LEI Nº 424/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica obrigatório aos restaurantes de médio e grande porte, a ter a supervisão de um (a) nutricionista;

Art. 2º - Fica criado a Carteira de Saúde, de uso obrigatório, para os motoristas profissionais, os quais deverão realizar exame de saúde a cada seis (6) meses;

Parágrafo Único - A Carteira de Saúde conterá os dados clínicos mais importantes do portador;

Art. 3º - Fica criado o serviço obrigatório nos postos da polícia rodoviária estadual a cargo de um (a) agente de saúde, ou de patrulheiro treinado, para determinar os sinais vitais dos motoristas profissionais;

Art. 4º - Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas nos bares e restaurantes que margeiam as rodovias do Estado;

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(aa) PELA COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

DOMINGOS CARVALHO

Presidente

CLEITON CRISÓSTOMO

TOTI COLAÇO

EDSON SILVA LINO

LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Segundo trabalho realizado pelos radialistas Cleber Amaral e Léia Rocha, da Rádio Cultura de Curitiba, nas rodovias de nosso Estado, verificou-se que alta incidência de acidentes estão relacionados com as más condições de saúde de nossos motoristas profissionais.

Portanto, o presente projeto visa a corrigir essas falhas. Na pesquisa realizada constatou-se que a maioria dos motoristas são acometidos de Hipertensão Arterial e suas complicações, tais como: Infarto Agudo do Miocárdio, Angina do Peito, Insuficiência Renal, Acidente Vascular (DERRAME), Insuficiência Cardíaca e outras doenças circulatórias e neurológicas, como a alteração do equilíbrio, visão e "stress".

Por outro lado, a alimentação de má qualidade com excesso de sal e outros condimentos, acrescentado ao uso de bebidas alcoólicas, o "stress" e a estafa provocados por longas jornadas de trabalho e a baixa qualidade de vida, geram a doença hipertensiva e suas complicações.

Dá melhorar as qualidades dos alimentos, através da supervisão de um (a) nutricionista, visando orientar como preparar uma alimentação sadia e como utilizar o sal e outros condimentos sem prejuízo à saúde dos motoristas profissionais e conforme as normas de saúde e nutrição.

Os exames de saúde cada seis (6) meses, visa a controlar a saúde e constatar, se for o caso, a hipertensão arterial e outras doenças.

Os dados devem ser anotados em uma carteira de saúde de uso obrigatório, para avaliação das reais condições de saúde dos motoristas profissionais, bem para determinar as medidas preventivas pertinentes.

O controle e fiscalização através da polícia rodoviária com o auxílio de agente de saúde ou patrulheiro treinado, visa ao cumprimento e real eficácia das normas inseridas no presente projeto de lei.

A proibição da venda de bebidas alcoólicas é importante, porque, além de levar à embriaguez, piora a hipertensão arterial podendo levar a quadros neurológicos e psicopatias.

Concluindo, vamos dar melhores condições de vida aos motoristas profissionais e, portanto, a redução de acidentes nas estradas.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado

Domingos Carvalho.

rio Bezerra.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou entrando hoje, nesta Casa com um projeto de lei que visa melhorar as condições de vida dos nossos motoristas profissionais, o caminhoneiro, e visando, conseqüentemente, a redução de acidentes nas nossas estradas.

Através de trabalhos, pesquisas, constatou-se que grande parte dos acidentes automobilísticos de veículos motores ocorridos nas estradas não estão somente relacionados às condições de conservação delas, e sim estão relacionados com as condições de saúde destes motoristas. Estas más condições de saúde, por sua vez, estão ligadas ao seu próprio trabalho nas estradas.

A situação do dia a dia que enfrentam estes motoristas, a partir da alimentação que eles consomem nos restaurantes, ou que eles próprios manipulam, por não poder se alimentar em restaurantes, pelas longas jornadas de trabalho, pelo stress, pelas más condições de vida, isso está levando estes motoristas à situação de saúde graves, entre elas a hipertensão arterial. Uma vez que sabemos que a hipertensão arterial pode acarretar sérias conseqüências para o organismo, desde o infarto do miocárdio, derrame cerebral, insuficiência cardíaca, insuficiência renal, alterações neurológicas, inclusive levando ao caso de surdez, alteração de visão, até ao quadro de psicopatias e alienação mental.

A Comissão de Saúde desta Casa não ficou alheia a estes fatos; realizamos um estudo, um trabalho e resolvemos entrar com este projeto, que entrou hoje na Mesa e visa melhorar as condições de vida dos motoristas, procurando através de serviços de supervisão de nutricionistas aos restaurantes com uma melhor fiscalização nas estradas pela nossa Polícia Rodoviária, talvez com um agente de saúde ou um patrulheiro especialmente treinado, o exame médico periódico obrigatório, para que estes motoristas saibam das suas condições de saúde. Até mesmo uma Carteira de Saúde, simples, aonde deve ser anotada a sua condição. Inclusive visando também a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias, porque todos estes fatores associados ao alcoolismo, levando a embriaguez e piorando a saúde do motorista.

Por isso reiteramos o apoio, um estudo bem aprofundado das nossas Comissões e apoio dos companheiros da Assembléia, para que este projeto seja aprovado.

Mais uma vez muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Pequeno Expediente com a palavra Deputado Má-

O SR. MARIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, em princípio devo esclarecer que eu não tenho compromisso classista, não sou dono de terra, a exemplo dos demais companheiros, somos legisladores e fiscalizadores do Poder Público do Estado do Paraná.

Não poderia deixar de me pronunciar, sobre um assunto de tamanha invergedura que ora aflige nosso estado, que são os conflitos da terra.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lê):

"O Paraná, um estado essencialmente agrícola, cuja maior riqueza é a fertilidade de suas terras, vive nos dias atuais um clima de grande intranquilidade, causada pelas sucessivas invasões de fazendas.

Já são 38 propriedades agrícolas invadidas, compreendendo aproximadamente 60.000 hectares onde se localizaram 4.600 famílias autodenominadas "sem-terra".

Essas invasões estão começando a gerar um princípio de pânico entre os fazendeiros paranaenses, submetidos a um permanente estado de tensão ante a constante ameaça de verem o seu patrimônio violentado.

Enquanto isso, os paranaenses presenciavam o governador Roberto Requião provocando acusações generalizadas contra os fazendeiros, procurando jogá-los contra a opinião pública. Na verdade, os fatos evidenciam que quem está querendo incendiar o campo é Requião, com o objetivo de ficar permanentemente na mídia.

Há uma grande diferença entre o que Requião diz e o que Requião faz.

O Governador ameaça colocar na prisão do Atu os fazendeiros, esquecendo-se de que na realidade quem já está prisioneiro é o próprio Requião, prisioneiro da sua inércia nessa questão dos conflitos de terras no Paraná.

Veja Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, que não sou eu apenas que levanto a minha voz advertindo sobre a preguiça de Requião, sobre a inércia governamental. São muitas as vozes que se levantam no Paraná, formando um grande coral de protestos.

Desejo chamar a atenção de Vossas Excelências para o pronunciamento da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, uma entidade respeitável e de grande conceito entre os paranaenses, que jamais poderia ser enquadrada nas acusações improcedentes do governador contra os proprietários rurais.

O presidente da FAEP fez divulgar nos jornais paranaenses um bem fundamentado documento no qual Requião é acusado de sobrepor o Poder Executivo ao Judiciário ao decretar que a Polícia Militar só vai desalojar acampamentos com autorização ex-

pressa do governador e de uma comissão de secretários de Estado.

Como sabem Vossas Excelências, esse decreto do Excelentíssimo Senhor Governador causou profundo mal-estar entre os proprietários rurais.

A FAEP recorda a declaração de Requião de que "não vai sustentar a invasão de terras produtivas por gente armada".

Não seria mais claro que o Governador apenas declarasse que "não vai permitir invasões de terras?" - pergunta a FAEP.

O que se depreende das declarações do Excelentíssimo Senhor Governador sobre o conflito de terras é um habilidoso jogo de palavras, só palavras, reforçando a sensação de que o governo do estado nada, ou quase nada, pretende para solução das invasões.

Esse, Senhores Deputados, é apenas um dos muitos aspectos da máscara governamental que está revestindo uma questão tão grave e inquietante para a população paranaense.

O envolvimento de Requião com os invasores vem de longa data, como revelam as informações de imprensa de que durante a campanha eleitoral, Requião teria feito um pacto com os irmãos Bállico, que invadiram uma fazenda na região Oeste do Paraná, assegurando-lhes promessas de propriedades dessas terras, desde que propagassem a sua candidatura entre os sem-terras. num expediente deprimente como o caso "Ferreirinha", hoje não explicado por Requião, mas que a justiça livre e independente saberá punir, a fim de que não prospere nesta terra de um povo laborioso, a ação sórdida daqueles que para atingir os seus objetivos recorrem aos mais condenáveis meios, como fez e vem fazendo Requião.

E para concluir, Senhor Presidente, desejo referir-me ao noticiário publicado pelo conceituado jornal de Curitiba "Indústria e Comércio" que disse: a persistirem esses procedimentos governamentais, logo teremos que instalar no Paraná o "disque cinismo".

Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Assembléia sente-se no dever de se pronunciar, como Deputado assim eu me dirijo a Vossas Excelências. A quem interessa a briga de classes? Não represento aqui proprietário rural, que eu não tenho terra, como eu já disse no início da minha locução. O Senhor Governador do Paraná deveria se colocar como um verdadeiro árbitro dos problemas de terras do Paraná; e muito mais, fazer alguma coisa de concreto para o pobre homem sem-terra, mas não promover atritos como o próprio Joni Varisco - Deputado Federal denunciou na imprensa dias passados, de que o próprio ITCF é que ar-

ticula invasões de terras.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - O nobre Deputado se quiser, pode usar o Horário da Liderança do PTB.

O SR. MARIO BEZERRA - Muito obrigado.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados é grave o problema do Paraná.

Os fazendeiros dizem que vão se armar porque o governo estimula invasão de terra. E de quem é a culpa quando os fazendeiros querem defender as suas terras que foram legitimamente compradas? A culpa é do próprio Governo.

Então é necessário que a Assembléia se pronuncie que reprove atitudes como esta do Governador Roberto Requião que quer simplesmente aparecer na mídia do a quem doer.

É necessário que a Assembléia se manifeste e faça veicular na imprensa do Paraná que nós não aceitamos esta posição dubia do Governador do Paraná quando ele se levanta para dizer que a lei será feita.

Há dias passados ele se irrompeu na imprensa dizendo que não iria se intrometer no assunto da Fazenda Primavera.

Ele fez a lei, ele é o "todo poderoso" ele é o "rei" e agora vem com outras palavras.

Então é necessário que a Assembléia isenta de se posicionar às classes do Estado, se coloque numa posição de árbitro para colocar aos produtores rurais, que engrandecem tanto esse Estado, uma posição de independência.

Não poderia me calar quando eu vejo que a imprensa coloca em suas páginas e as televisões nas suas telas, de que brevemente correrá muito sangue por esse Estado.

E eu digo a Vossa Excelência de que minha parte culpária, simplesmente, o Governador Roberto Requião, pela sua posição não definida em prol da causa paranaense.

Portanto, deixo aqui esse pronunciamento como prova de que, censuro o Governo do Estado, nessa sua posição com referência aos conflitos de terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Hoje pela manhã tivemos no plenarinho mais uma reunião do Bloco Parlamentar Municipalista, com a presença de vários Deputados, Prefeitos, lideranças municipais.

Tivemos nessa manhã a oportunidade de debater e discutir vários projetos de lei, do máximo interesse dos municípios para-

Na ordem do dia de hoje, consta para discussão e votação o Projeto 198/91, de autoria do Deputado Rafael Greca que repassa, pela mudança da legislação atual vigente, 50% dos recursos das multas de trânsito para os municípios e após a exposição do autor do projeto, foi unânime a manifestação dos presentes da necessidade de apoio a esse projeto, porque entendemos que os municípios, recebendo esses recursos terão oportunidade de melhorar as vias públicas, a sinalização de trânsito e dessa forma diminuir os acidentes da área urbana de uma maneira especial.

Também tivemos a oportunidade de levar ao conhecimento dos membros do Bloco Municipalista o Projeto de Lei n. 342/91, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, pelo qual autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a doar definitivamente, às Prefeituras Municipais, todas as máquinas e caminhões entregues até esta data em regime de comodato.

Este projeto vem ao encontro dos municípios do Paraná que tinham, e ainda têm o programa do PRORURAL, que receberam equipamentos e maquinários pesados desde anos atrás e hoje, ao invés de devolver este maquinário, teriam a propriedade, uma vez que este projeto de lei seja aprovado nesta Casa.

Também foram debatidos três projetos de lei, que estamos dando entrada nesta tarde, de interesse dos municípios paranaenses. Um projeto que prorroga o prazo do artigo 7 da Lei Complementar 56, que foi aprovada em 18 de fevereiro de 91 nesta Casa. Por este projeto pretendemos que a lei estadual que dá prazo para as emancipações do Paraná, fique de acordo com a lei federal, que é o prazo de primeiro de maio de 92.

Sabemos que muitos projetos estão tramitando para emancipação no Paraná e o prazo está se esgotando. O IBGE ainda não forneceu muitas certidões de população. Desta forma, pretendemos que todos os processos em andamento tenham um prazo suficiente para serem discutidos e votados nesta Casa, e criados os municípios de acordo com a vontade das comunidades locais.

Um outro projeto que isenta de custas no registro de matrículas imobiliárias, de certidões negativas de protestos, concordatas, de falências, bem como de certidão de registro de imóveis, pela Lei Orgânica Estadual que era igual em todos os municípios do Paraná, este benefício já era dos municípios. Esta lei revogada pela nova Constituição, com este novo projeto se pretende resgatar estes benefícios que os municípios paranaenses usufruíam.

O terceiro projeto que estamos encami-

nhando nesta tarde, em nome do Bloco Parlamentar Municipalista, reduz 20% no pagamento das publicações que os municípios fizeram no Diário Oficial do Estado. Também já era um direito que os municípios tinham pela antiga Lei Orgânica Estadual, que foi revogada com as leis orgânicas municipais aprovadas pela nova Constituição Estadual.

Por último, após a exposição do nobre colega Durval Amaral, o Bloco pode apreciar e tomar conhecimento do projeto de emenda à Constituição Federal n. 14, de autoria do Deputado Paranaense Luiz Carlos Hauly, que vem corrigir a injustiça e distorção do ICMS, da energia elétrica e dos combustíveis, quando são vendidos para outros Estados.

A respeito deste projeto o Bloco Parlamentar Municipalista pretende, nos próximos dias, começar um trabalho de mobilização dos municípios e do povo e lideranças do Paraná, para que tenha o apoio necessário e esta injustiça seja corrigida na Constituição Federal e o Paraná possa cobrar o ICMS da energia elétrica produzida e vendida para outros Estados.

Desta forma Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Bloco Parlamentar Municipalista começa seu trabalho e justifica sua instalação, levando cada vez mais a voz dos municípios e valorizando o Poder Legislativo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia 25 de junho deste ano corrente, nós apresentamos à Casa um requerimento com seguinte teor (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Moacir José Favetti e Senhor Diretor da Polícia Civil do Estado, José Maria de Paula Correia, solicitando a designação de um Delegado Titular para assumir a Delegacia de Polícia Civil de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Dois Vizinhos, no Sudoeste do Estado, é um pólo regional, industrial e agropecuário. É a 3ª cidade de uma região composta por 30 municípios, possui o maior orçamento da região, tendo sido o município de maior arrecadação regional nos últimos anos. Conta hoje com uma população de 60 mil habitantes; que na área urbana vem aumentando grandemente. Há bastante

migração e em função da proximidade de países como Paraguai e Argentina, o fluxo de pessoas no município é grande.

Por vários anos a Delegacia de Polícia local foi comandada por Delegado Titular e que alguns meses foi, transferido sendo substituído por um Delegado Suplente.

As características do município, descritas acima, são base para nossa solicitação de urgente designação de um Delegado Titular para aquela Delegacia, para organizar e garantir a segurança aos municípios."

Senhor Presidente, queremos nos pronunciar solicitando da Mesa desta Casa que até o momento não recebemos nenhuma informação do Senhor Secretário de Segurança tanto quanto do Senhor Chefe Diretor da Polícia Civil, Dr. José Maria de Paula Correia, a respeito do nosso requerimento e a comunidade reivindica com urgência a designação de um Delegado Titular para aquela Delegacia, em função de fatos que vêm acontecendo e que justificam a necessidade.

Há alguns dias, logo após a saída do Delegado Titular um policial, segundo o inquérito que está tramitando, altamente alcoolizado, assassina o dono de um bar na cidade.

Há poucos dias policiais tentam numa escola prender alunos sem nenhum mandado de prisão nas mãos. A Diretora do Colégio não aceita, liga ao Promotor, o Promotor ordena que os policiais saiam do Colégio. Há informações de pessoas que não se identificam de que policiais estão fazendo o papel de cobradores de contas da cidade.

Há alguns dias um caso gravíssimo ocorreu quando um marginal ataca uma criança, uma adolescente que vinha da aula, tentando estuprá-la e a comunidade com o Colégio, pais e alunos fazem uma manifestação na cidade solicitando segurança à população.

Eu quero ler aqui o documento entregue à Delegacia e ao Juiz da cidade nessa passeata. (Lê): "Dois Vizinhos, 5 de setembro de 1991. Professores, pais, alunos e funcionários da Escola Estadual Dois Vizinhos-Ensino de 1º Grau, estamos indignados com o lamentável fato ocorrido com nossa aluna LUCIANA PERIN de doze anos apenas por ter sido violada em sua inocência numa tentativa de estupro. O acontecimento se deu no dia 13 de agosto próximo passado por volta das dezessete horas, quando retornava de sua aula de catequese, no matagal próximo à residência de seus tios, na Linha São Paulo.

Tomamos conhecimento do caso através do relato dos pais da garota e pela visualização dos hematomas e escoriações apresentadas.

Preocupados com a segurança de nossos

filhos e alunos de nossa comunidade, visto que os mesmos se deslocam a pé em distâncias consideráveis ao amanhecer e ao anoitecer, ficando à mercê de marginais que permeiam nosso município.

Sendo nossa comunidade formada de pessoas honestas e conservadoras da moral e dos bons costumes e nós, educadores que somos, não podemos deixar impune essa ocorrência.

Visto que a Escola prioriza a formação integral do cidadão, bem como os valores morais e cristãos, diante deste horrendo fato, clamamos JUSTIÇA.

Assinaturas ilegíveis."

E seguem as assinaturas de centenas de pessoas que participaram desta passeata.

Visto isso, Senhor Presidente, eu quero solicitar da Mesa que solicite novamente informações do Secretário de Segurança e do Dr. José Maria sobre o nosso pedido, sobre o nosso requerimento, datado de 25 de junho, aprovado em plenário nesta Casa, e que até o momento não temos informações, e a comunidade, pelo já indicado e dito aqui, reivindica e clama com urgência um Delegado Titular, de um delegado de carreira para assumir a Delegacia de Polícia de Dois Vizinhos e trazer a tranquilidade para a população.

Era isso e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra, o último orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos registrar nesta oportunidade, e já devíamos tê-lo feito anteriormente, que, agradecendo a iniciativa do Senhor 2º Secretário, Deputado Ademar Traiano, que colocou um carro Gol à disposição desta representação a nível de Partido Socialista Brasileiro, nós agradecemos. Utilizamos aí por quase um mês e fizemos a devolução desse veículo à Assembleia Legislativa, visto que, após até discussão plenária, o Regimento Interno não prevê nem um direito para partido que tenha uma única representação e, como tal, nós achamos por bem devolvê-lo à Casa.

Também queremos, nesta oportunidade, registrar a nossa preocupação com relação ao Concurso da Polícia Militar do Paraná que deverá acontecer dentro dos próximos meses na Cidade de Londrina, onde são ofertadas 100 vagas para a contratação de pessoal, e a mulher, mais uma vez, fica discriminada porque neste Concurso não se está oportunizando à mulher a participar do mesmo.

Então, nós apresentamos requerimento sugerindo ao Secretário de Segurança que

dê esse direito, que assegure esse direito à mulher paranaense que tem tantas condições quanto os homens para prestarem um serviço à altura também da Polícia Militar do Paraná. E, com tal, nós fazemos a leitura inclusive das nossas justificativas ao requerimento, procurando garantir 50% das vagas daquele concurso às mulheres da Região de Londrina. (Lê):

"A Constituição Federal, em seu artigo 5º inciso I, dispõe expressamente que '...homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição'".

É alteração de fundo que se impõe ao ordenamento e fulminou qualquer resquício de discriminação relativa ao sexo.

Em verdade, como sóe acontecer no Direito, esta previsão tão somente acompanha a realidade social da igualdade, decorrente da óbvia igualdade de capacidades.

A Polícia Militar do Paraná não pode ser bastião de um injustificado conservadorismo, abrindo vagas à admissão em seus quadros tão somente aos homens, quando a força do trabalho feminino, revela-se tão eficaz quanto do masculino.

Aderais, a realidade impõe que as mulheres tenham igualdade de oportunidades ao ingresso no mercado de trabalho, afinal deixaram há muito de ser tão somente "donas-de-casa" - o que absolutamente não é pouco - e passaram a contribuir na construção do orçamento da família, em igualdade de condições com seus maridos, pais ou irmãos.

A abertura de vagas para o 5º BPM, portanto, deve atender a esta realidade socialmente imposta e, como setor vanguardista da nossa sociedade, deverá permitir que as vagas ao referido concurso para ingresso no 5º BPM, de Londrina, sejam abertas, ao menos na metade de seu número, aliás, como já solicitado pelo Poder Legislativo da própria cidade de Londrina, por seus mais ilustres representantes, também são mulheres.

Como nós temos conhecimento de que ve-readora do município de Londrina também requereu esse direito de igualdade, esse direito de respeito à questão profissional, nós queremos reforçar aqui, junto ao Poder Legislativo do Estado do Paraná para que interceda junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, o direito a que a mulher participe em igualdade de condições no concurso público previsto para a cidade de Londrina e toda região.

Era só, senhor Presidente, senhores Deputados.

O SR. TOTI COLAÇO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria que V.Exa. pudesse determinar que ficasse consignado no

livro de presenças deste parlamento, a presença do Secretário das Finanças do município de Irati, o jovem Geraldo José Galdêncio.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Será anotado.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

O que me traz a esta tribuna no Grande Expediente é abordar a questão da CPI da Saúde, ontem abordada neste Plenário desta Assembleia Legislativa. Porém, antes de entrar especificamente no assunto, quero chamar a atenção para dois pontos: um, do fato ontem ocorrido aqui. Desejo agradecer carta de solidariedade que recebi de um cidadão indignado tanto quanto eu, pelo que aqui se passou ontem. Reservo-me no direito de ler duas frases desta carta (Lê):

"Exmo. Sr. Deputado Estadual do PT, Dr. Rosinha.

Vimos neste momento registrar o nosso apreço por V.Exa., parabenizando-o pelo vosso trabalho, principalmente no dia de ontem, quando não só levantou as questões pertinentes à CPI, mas a ética dos senhores Deputados antes dos trabalhos na Assembleia Legislativa.

Estamos em tempos difíceis e sabemos que somos capazes de ultrapassar obstáculos, sejam quais forem. Se a união faz a força, estejamos neste momento unidos a sentimentos e atitudes comuns. O nosso apoio ao vosso grito pelo Paraná".

Agradeço a esse cidadão que se sentiu nos seus direitos, como eu me senti ontem, lesado, e nos direitos da população paranaense. No que diz respeito à CPI, o Diário Oficial do Estado do Paraná do dia 22.01.91, por ironia da história, publica a Resolução nº 10/91 que aprova o relatório final da CPI presidida pelo Deputado Algaci Túlio que diz respeito à Secretaria Estadual de Saúde.

Nesse mesmo Diário Oficial, há uma resolução conjunta 0/91 - 01/91 para apurar outras irregularidades na mesma Secretaria.

Mal sai de uma, já entra na outra. Esse é o registro da história da Secretaria Estadual de Saúde do Governo de Álvaro Dias.

Eu quero, antes de entrar especificamente na questão, passar um histórico do porquê da solicitação dessa C.P.I.

Em dezembro de 1990, a Secretaria Estadual de Saúde ia receber verbas do Ministério da Saúde, no valor de 620 milhões de cruzeiros para efetuar compras.

Aquela Secretaria colocou técnicos para viajar no Estado do Paraná para fazer um levantamento das necessidades. Após feito esse levantamento esses técnicos orientaram o Sr. Secretário a separar por grupos as compras de material. E assim foi separado: por grupo radiológico, cardiológico, ambulatorial e instrumental.

A separação em grupos foi para que a compra pudesse ser feita diretamente aos fabricantes e não pelos atravessadores. Dias depois o Secretário de Saúde decidiu que seria feita por dezessete lotes, visando com isso comprar dos fabricantes e para isto faria tomada de preços, que foi publicada no dia 01.12.90.

No dia 02.12, o Secretário de Saúde foi pressionado pelo Chefe da Casa Civil para anular as tomadas de preços. Naquele dia, na cidade de Paranavaí, de público, o Secretário de Saúde disse o seguinte, e é o que consta de documento: que ele era um homem do interior e que não se vendia como estavam desejando. E disse que no dia seguinte visitaria o Sr. Governador Álvaro Dias e não sabia se sairia de lá Secretário porque era contrário àquela recomendação da Casa Civil.

Em reunião com o Sr. Governador este confirmou a anulação da tomada de preços em dezessete lotes e exigiu a concorrência. No dia 05.12.90 saiu o edital com quatro lotes e que o mesmo tenha sido publicado por ordem do Dr. Wagner Pacheco, e mais, que o Dr. Wagner desejaria que fosse um único lote e nem quatro fosse. O próprio Secretário de Saúde não sabia deste fato em dezembro.

A abertura dos envelopes se deu no dia 21.12, sexta-feira, com a presença do Sr. Alcides Peres, Diretor-Presidente da Sainel. A mesma empresa já condenada em CPI anterior nesta Assembleia Legislativa e que hoje já está sendo processada junto com o ex-Secretário de Saúde Manuel de Almeida Neto no Tribunal de Justiça. Estava na abertura dos envelopes, além desse Senhor, Deputado Estadual de então José Felinto.

No dia 23.12, domingo, o processo foi encerrado com cortes totalizando um valor de compra de 621 milhões, 605 mil e 605 cruzeiros. Muito aquém do valor de 1 bilhão e 800 milhões que era o desejado pela Casa Civil, pelo Governador Álvaro Dias e pelo Deputado Estadual José Felinto. O processo nesse dia seria levado para o literal onde estava o chefe da Casa Civil e quer levaria seria o então Deputado José Felinto.

No dia 03.01.91, já neste ano, o processo aparece e a ordem é que o corte seja revisto e que a compra deva ser efetuada em 1 bilhão e 800 milhões. Neste dia 03, segundo o Sr. Flores Pilares, assessor do

Secretário de Saúde, o Deputado Felinto declarou na sua sala na sala desse Assessor, "eu gastei o dinheiro na campanha e estou por trás deste negócio, preciso que tudo seja liquidado de uma vez. O Senhor toque esse negócio que vai pegar o teu".

Segundo Flores Pilares, foi isso o que o Deputado José Felinto disse. E como resposta do Sr. Flores ele obteve a expulsão da sala. Após ordens do Deputado José Felinto e confirmado via telefone pelo Chefe da Casa Civil, Sr. Wagner Pacheco, o processo foi concluído no dia 03 e homologado pelo Governador no dia 04.01.91.

Aqui eu abro um parêntese e quero retomar uma história contada não na CPI porque ali ela foi confirmada mas contada em todas as comissões de sindicância.

No dia 18.12 um dos Diretores da Secretaria de nome Celso Admir Chiquim, após muita insistência do Senhor Alcides dono da Sainel esteve presente no hotel Bourbon que para não ir sozinho levou testemunha.

Nesse dia o Senhor Alcides disse ao Senhor Celso Admir Chiquim.

1° - Já ajudava o Governo do Paraná obter verbas junto ao Governo Federal, principalmente no Ministério da Saúde, visando a compra de materiais.

2° - Que tinha estado há pouco tempo em Foz do Iguaçu, há dias ou horas, não sabe informar o Senhor Celso, com o Senhor Álvaro Dias, em conversa com esse na cidade de Foz do Iguaçu.

3° - Que ele, Alcides José Peres, dono da Sainel sempre ajudou nas campanhas eleitorais e que não poderia abrir mão desta concorrência em absoluto, porque ele não poderia tomar nenhum prejuízo.

Após esse parêntese eu retorno. Homologada no dia 04/01/91, foi constatado que a verba que estava orçada era do ano de 1990 e não dava para comprar o material. Só restou uma alternativa - rasurar o documento na qual constava a assinatura do Senhor Governador; e a rasura foi feita pelo Senhor Paulo Roberto Zequinel Fernandes, assessor do Diretor Geral da Casa Civil.

Além dessa rasura que ele confirmou que foi ele que fez a rasura do Senhor Wagner Pacheco, chefe da Casa Civil. Relata que ele ouviu um diálogo dentro da sala do Chefe de Gabinete da Casa Civil, que ele não sabe dizer se se refere a essa compra ou a outra - e o diálogo se deu entre o Deputado José Felinto e o Senhor Teixeira - Presidente da Comissão de Licitação.

Diz o seguinte: - Quando eu cheguei, diz ele (o Senhor Paulo Roberto Zequinel): quando eu cheguei estava o Deputado José Felinto na sala do Chefe da Casa Civil com o Senhor Teixeira, dizendo que o ex-Secretário, o Dr. Manoel, que eles poderiam ter ganhado muito mais dinheiro. Só não ganharam

mais porque o ex-Secretário não queria ratear as Comissões recebidas entre os demais membros da Comissão de Licitação.

Portanto, mostra que houve discussão de como se ratear os dinheiros obtidos através de compras e licitações irregulares.

Pois bem, no dia 04/01/91, a licitação é homologada pelo Senhor Governador que posteriormente é rasurada, sem passar pelo DTJ com a Dra. Suzana Lau, coisa que não ocorria com nenhuma licitação.

Todas as licitações, nós temos informações no Governo Álvaro Dias, foram passadas pelo DTJ, para obter parecer daquele setor, estas, não passaram, foram direto para serem homologadas pelo Senhor Governador.

Em 21/01 as concorrências 004 e 005, foram anuladas, dizendo que ela tinha ocorrido - que a sua homologação tinha sido no dia 26 e 28/12, e isto não é verdade, pois a homologação ocorreu no dia 4.

Essa mudança como disse, foi porque constatou que não tinha orçamento no ano de 91, o orçamento era do ano de 90. Diz quem nos assessora, e provavelmente assim entende o advogado da Sainel. - Que no direito administrativo, quando existe uma licitação poder ser feitas três coisas após a licitação pronta:

- 1° - Homologação;
- 2° - Revogação;
- 3° - Anulação desse processo.

Ela é homologada se estiver tudo certo. Ela é revogada se não existir nada de ilícito, mas não existe mais o interesse na contratação. Então, tudo está correto, mas o Poder Público não tem mais interesse na contratação. Aí ele revoga.

Era o que deveria ser feito, neste caso. Mas, não foi isto o que aconteceu. O Governador anulou. E é anulada, quando é ilícito. Mas, para anulá-la é necessário um processo de comprovação de má-fé ou ilicitude. E este processo não ocorreu.

Sem este processo, portanto, o Governo anulou. E no entender destes advogados, anulou por duas razões: ou por equívoco ou propositalmente. Este Parlamentar tende a crer que foi propositalmente, pois os assessores jurídicos do Governador Álvaro Dias eram considerados competentes, até que se prove em contrário.

Anulando o processo, como se deu, colocou a SAINEL em situação privilegiada, porque ela entra na Justiça e ela entrou para obter o pagamento. E ela conseguiu liminar para receber na Justiça. E a argumentação do advogado da SAINEL foi a seguinte: se não havia mais a vontade da Administração em contratar como impetrante, deveria revogar a licitação por interesse público. Mas, jamais deveria anulá-la por ilicitude, como ocorreu.

Portanto, após isto, após este ato de anulação, colocou a SAINEL em condições de venda e de receber um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros. E, por trás deste véu, mantém-se a situação de denúncia, contra este três Senhores: Senhor Álvaro Dias, Senhor José Felinto e Senhor Wagner Pacheco.

E o Governador acaba posando para a sociedade paranaense e para os cidadãos como um homem honesto, que se opôs à corrupção. Acaba posando para a sociedade como um homem que combateu a corrupção em seu Governo.

Pois foi em cima desta história que eu solicitei a CPI, sem chegar à fase final. Como eu disse, foi abortada pela Bancada Governista e pelos Deputados de sustentação ao Governo.

Antes deste "aborto" por parte desta Plenária, nós nos sentimos intimidados e ameaçados, como eu fui, por telefonema anônimo e por recados, dizendo que eu não deveria continuar, se quisesse chegar ao fim do meu mandato, e que se eu não atasse a minha vida, que continuasse.

Na CPI, o Deputado Vice-Líder do PMDB, José Tavares, ameaçou cassação com Regimento Interno, como tentou intimidar ontem, requisitando as notas taquigráficas do que aqui ontem eu falei. As notas taquigráficas serão publicadas no Diário da Assembleia. É pública e todos dela podem fazer uso. E qualquer Deputado que desejar, pode solicitar a mim, que eu entregarei.

Talvez a intimidação faça parte do passado, uma vez que era Delegado de Polícia. A gente não sabe se esta é a prática.

Mas, o que eu cobro do PMDB e da Bancada Governista são alguns pontos que desejaria...

O Sr. José Tavares - Permite-me um aparte, Doutor Rosinha?

O SR. ROSINHA - No momento oportuno. Que desejaria que a Bancada Governista respondesse, nesta Plenária, alguns pontos. Que explique qual a razão do envolvimento do Deputado José Felinto numa concorrência, se isto é praxe do Governador do Estado Álvaro Dias e será praxe no Governo de Requião, que Deputado Estadual ande com processo de licitação debaixo do braço, indo à praia e para a Casa Civil.

Como explicar que o DDJ da Casa Civil não deu parecer neste processo, dando em todos os outros? Como explicar as doações, as declarações de doações de verbas para as campanhas eleitorais e algumas denúncias que chegaram até nós, de que o avião usado por alguns dos candidatos do PMDB, que não consta da CPI porque são denúncias anônimas, como o Deputado José Felinto e

Delcino Tavares usarar avião da SAINEL, e são denúncias que não conseguiram comprovar.

E mais recentemente, na campanha para a Presidência do PMDB, o Governador Álvaro Dias cobrado de quem era o avião que viajava, ele declarou que o avião era de um amigo e se não me falha a memória era do Senhor Alcides Peres, esse avião das viagens para enfrentar Quêrcia para a Presidência do PMDB.

Como explicar as exigências da Casa Civil na tonada de preços de 4 lotes e não de 17 lotes? Era isso que nós queríamos explicado. Como explica a anulação deste processo, quando deveria ser a revogação? E como explicar a rasura na homologação, por ordem do Senhor Wagner Pacheco, uma vez que foi no dia 4 de janeiro e foi rasurado, mudando a data, para 26 e 28 de dezembro?

Há acusações de envolvimento e eu quero que a Bancada governista responda a todas estas acusações, sem vir para cima de mim com intimidações, porque este Deputado não tem medo de intimidação nenhuma, porque não é a primeira vez!

O Sr. José Tavares - O Senhor me concede um aparte, Deputado?

O DR. ROSINHA - Será concedido, no momento oportuno.

Faz-me lembrar aquela história do sujeito que queria roubar uma casa e pediu para o amigo ir junto porque a escada era grande. Chegou na casa, um entra, rouba, o outro fica segurando a escada, saem os dois e vão esconder a escada. Parece que ontem foi escondida a escada de quem usou, esconderam e não querem contar aonde foi escondida, por quem, e quem levou o furto, e quem é o responsável!

Eu acho que nós Parlamentares fomos eleitos em cima de promessas e estas promessas foram esquecidas, fomos eleitos em cima de propostas e são esquecidas! E aqui o que se faz é se omitir da discussão, é se omitir de participar das Comissões, é se omitir de apurar a verdade! E esta verdade que dizia Álvaro Dias, quando tomamos posse, que era o compromisso dele, que disse Requião que é o compromisso dele. Parece que não é compromisso coisa nenhuma, é simplesmente coisa de palanque, é somente discurso para os meios de comunicação.

O Sr. José Tavares - Concede-me um aparte, Deputado?

O DR. ROSINHA - A injustiça no Brasil, ela é, a olhos vistos, a olho nu! Essa injustiça leva o medo ao simples, o simples cidadão que estava na Comissão de Licitação

e que foi transferido, humilhado pelos vizinhos, pela sociedade, passando como ladrão, este cidadão que vem depor numa CPI e não suporta mais e começa a chorar pela injustiça que se fez e que este Parlamento ontem teve a sua responsabilidade!

E não esqueçam, Senhores Deputados, que essas irresponsabilidades serão cobradas! Há vingança na História! A vingança, ela pode tardar, mas ela vem! Porque o sujeito, o cidadão, humilhado, massacrado e oprimido pelos governantes, ele não esquece e ele cobra!

Eu quero dizer também que os meios de comunicação, no caso, acreditando que fosse a mesma CPI, já encerrada, não deram a cobertura necessária, creio eu, e espero que não seja porque a maioria dos proprietários dos meios de comunicação estejam comprometidos com o Governo e não com a verdade! E essa verdade é que queremos pública!

E para encerrar, Senhores Deputados...

O Sr. José Tavares - Não esqueça de me dar o aparte, Deputado.

O DR. ROSINHA - Se Vossa Excelência se comportar direitinho, eu não sou surdo e nem cego e estou ouvindo, será concedido o aparte.

O Sr. José Tavares - Obrigado, agradeço a educação de Vossa Excelência.

O DR. ROSINHA - Tanto quanto a de vossa parte, Senhor Deputado.

O Sr. José Tavares - Concede-me o aparte então?

O DR. ROSINHA - Queria dizer que darei no momento oportuno.

Que este cidadão, indignado com o que vê não se cale. Todos os documentos que estão na minha mão, serão encaminhados para a Polícia Federal, para que ela possa averiguar, será encaminhado para a Justiça, porque não pode morrer aqui dentro, como deseja a Bancada Governista.

Concedo o aparte ao Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares - Eminentíssimo Deputado, eu agradeço a atenção de Vossa Excelência e gostaria de começar dizendo o seguinte: Vossa Excelência acabou se enrolando na própria corda que construiu, a incompetência de Vossa Excelência na condução da CPI foi que acabou culminando com tudo o que aconteceu. Eu alertei Vossa Excelência na primeira reunião que lá estive e, Vossa Excelência naquela oportunidade, agiu de bom senso e suspendeu os trabalhos, na segunda, Vossa Excelência quis ficar acima

da lei, do Regimento e da Constituição e deu no que deu.

Eu acho que Vossa Excelência, o seu partido, poderiam passar tranquilamente ser o resultado onter desta Casa com base no justíssimo Parecer da Mesa Executiva da Assembléia; era evidente que Vossa Excelência estava usurpando das suas atribuições na forma como conduzia os trabalhos daquela CPI. Por isso, eminente Deputado, é que as coisas aconteceram desta forma.

Eu quero lhe deixar bem claro e até lamentar que Vossa Excelência deturpa as coisas; Vossa Excelência altera os fatos. Nenhum Deputado que apóia o Governo acoberta corrupção como Vossa Excelência disse onter. As notas taquigráficas estão aqui, eu requeri nos termos do Regimento, Vossa Excelência diz: "Os demais Deputados se acobertando na pretensa legalidade esconder a corrupção, esconder as falcaturas do Governo Álvaro Dias numa pretensa legalidade, quem sabe até quanto também alguns desses Deputados não estejam envolvidos no caso". E eu tenho certeza absoluta que nenhum Deputado que apóia o Governo esteve ou está envolvido em qualquer caso de corrupção, quanto menos neste da CPI da Saúde.

Uma outra que Vossa Excelência fala, boa parte desses depoimentos se refere à CPI da Legislatura passada e aqueles depoimentos, ou esses depoimentos que Vossa Excelência se refere, já estão em poder da Justiça, já passaram pela Polícia. Portanto, se perdoe, Vossa Excelência está fazendo um barulho em cima de pouca coisa. Agora, querer atribuir aos Deputados do Governo, que no cumprimento estrito do Regimento e da Constituição rejeitaram onter aqui um pedido de prorrogação de CPI porque Vossa Excelência vinha conduzindo-a da forma como bem entendia, tem muita distância e isso é injusto.

Eu não posso de maneira nenhuma ficar calado quando eu vejo um Deputado atribuir a um colega, ou a uma bancada inteira, uma responsabilidade que ela não tem. Este é o grande defeito de Vossa Excelência e do seu partido. Vossas Excelências do PT, buscam incessantemente espaços na imprensa, gostar de todas as formas de sensacionalismo às custas da honorabilidade, da honradez do passado sério e digno de colegas como este que compõem aqui o Bloco Governista. Eu não defendo Deputado nenhum que passou por esta Casa e que possa estar envolvido, não tenho, o meu passado não me autoriza, como também não defenderei nenhum tipo de corrupção; mas querer confundir o silêncio diante de tamanhos absurdos no cumprimento da lei aqui dentro com acobertamento, isso eu não posso admitir, e é por isso que muitas vezes eu sou obrigado a taxar o posicionamento de Vossa Excelên-

cia como posicionamento irresponsável.

O SR. DR. ROSINHA - Nobre Deputado José Tavares, Vossa Excelência não conhece a realidade; chegou atrasado para este Parlamento. Quando Vossa Excelência aqui chegou, a CPI já tinha sido pedida; porque Vossa Excelência nem sabe do que está falando, porque aquela CPI que está na Justiça foi a do Deputado Algaci Túlio. O que está mais na Justiça a respeito dessa concorrência 004 e 005 foi levado por minha pessoa ao Ministério Público junto com a direção estadual da CUT no mesmo instante em que pedia esta CPI, porque eu já não acreditava nesta Bancada que sustenta o Governo, porque eu sabia que ela não ia mexer nessa coisa suja que aconteceu no Governo Álvaro Dias e provavelmente durante os quatro anos. E se Vossa Excelência ainda quer defender vá até o INAMPS e pergunte o que está existindo na conta Álvaro Dias, auditoria nos quatro anos de Governo da Secretaria...

O SR. JOSÉ TAVARES - Não deturpe as minhas palavras Deputado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, quero que garanta minha palavra!

Vossa Excelência desconhece a razão dessa CPI, desconhece o que está na Justiça e sob o manto da culpa, tenta jogar a responsabilidade das corrupções do governo passado em quem as denuncia, como se faz muitas vezes em nosso País. Assuma a responsabilidade do que Vossas Excelências fizeram onter, não deixando concluir uma CPI porque sabia que ia comprometer o governo do PMDB, porque sabia que iria comprometer a administração do PMDB e quem sabe se não comprometeria já, atualmente, o que ocorre no nosso Paraná.

Vossa Excelência tenta desviar querendo jogar a culpa em quem denuncia em quem tenta chegar na verdade. Não tenham medo da verdade! Votassem favorável para continuar a CPI! Tem medo porque provavelmente existe a história que eu contei, do ladrão que ajudou a carregar a escada e esta escada foi escondida aqui onter e Vossas Excelências têm medo de ajudar a descobri-la, porque sabem que tem gente grávida, tem gente do PMDB envolvida nisso.

Fica mais fácil punir um simples funcionário, fica muito mais fácil fazer com que o pequeno funcionário seja desmoralizado e o governo do PMDB posa de bonzinho.

Se Requião quer apurar irregularidade no governo Quêrcia, se Requião quer denunciar a CPI da Corrupção em Brasília, ele não precisa ir até lá e não precisa ir até o governo Quêrcia - o prato está cheio aqui dentro do Palácio Iguaçu na gestão passada. Porque não se venham, Senhores

Deputados, quereren defender Álvaro Dias e dizer que ele é um santo, pois, denúncias de corrupção no seu governo - existiram: inúmeras, várias e os Senhores, ontem, acobertaram mais uma, infelizmente, esquecendo o que prometeram no dia das eleições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças. No Horário da Liderança do PL, está cedido o horário para o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu acho que poderíamos dar por encerrada a polêmica da CPI. Eu fazia parte desta CPI e infelizmente ela não foi avante, e dizer, pelo que eu senti nos depoimentos colhidos, de que os verdadeiros culpados - naquele caso - segundo o que nós entenderos por analogia própria, não são os que foram denunciados à época da saída do Governador Álvaro Dias. Pessoas que lá compareceram choraram, emocionaram a Comissão toda e fizeram com que, nós, Deputados, ficássemos realmente sensibilizados com a maneira raquiavélica com que foi montada aquela trama. Pelo que nós estávamos sentindo até o último depoimento que lá assistimos e apoiámos, nós pudemos sentir que tudo aquilo foi armado pelo Chefe da Casa Civil, Senhor Wagner Pacheco, à época - com conivência do Senhor Governador Álvaro Dias e mais a participação importante do ex-Deputado Estadual José Felinto. Infelizmente nós não vamos ter o final dessa história. Mas, adianto a Vossa Excelência que não é aquela que se fez publicar na imprensa à época das cortinas da administração do Senhor Álvaro Dias.

E, respeitosamente, me dirijo ao Senhor José Tavares Vice-Líder do Governo, para dizer-lhe de que infelizmente nenhuma CPI irá avante nesta Casa, CPI que venha de encontro a revelações de corrupção em qualquer governo. E até faria uma sugestão ao nobre Vice-Líder, de que os Deputados que compõem a bancada governista se colocassem numa posição de que não participassem de nenhuma comissão, de nenhuma CPI. Aí sim poderíamos ter algum resultado. Mas enquanto a bancada do Governo tiver participação em qualquer CPI que vise levantar questões deste nível, não chegaremos a nenhum final.

Infelizmente as CPIs a partir de hoje estão inviabilizadas na Assembleia. Não teremos nenhum resultado em qualquer sentido.

Senhor Presidente, o objetivo maior da minha fala é para colocar o voto em separado o projeto de lei do Governo, nº 411/91...

O SR. JOSÉ TAVARES - Permite um aparte em cima do que Vossa Excelência acabou de colocar sobre a CPI? (Assentimento).

Para dizer que não posso concordar com o argumento de Vossa Excelência, apesar de respeitá-lo. É um direito que Vossa Excelência tem, como Parlamentar, de expor as suas idéias como melhor lhe aprouver. Porque é a primeira CPI que estamos tendo nesta Legislatura, ao que me consta. E Vossa Excelência sabe, a Mesa é testemunha, que a CPI não prosperou não foi porque a bancada do Governo não quis. Até porque o PMDB só ter quatro membros naquela CPI e a CPI é de quinze membros. Não prosperou em razão das inúmeras irregularidades apontadas pela Mesa Executiva e decidido ontem sabiamente pela Mesa. Acho que Vossa Excelência está sendo um pouco injusto conosco, com os Deputados sobretudo do PMDB, porque foi a única CPI. Temos praticamente três anos e alguns meses para convivermos aqui dentro e combatermos o bom combate em CPIs, em comissões temporárias, no Plenário, em comissões permanentes e Vossa Excelência vai ver, ao final desta Legislatura que a bancada do PMDB não é isto que Vossa Excelência está pensando.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Deputado, um aparte, por favor? (Assentimento).

Novamente o Deputado José Tavares não conhece o real. A bancada governista, com exceção do Deputado José Afonso que compareceu uma única vez, os demais nunca foram do PMDB. Negaram-se a ir. Não funcionou porque não quiseram. Foram dando cacetada devagar e ontem enterraram de vez. Eles não querem assumir a responsabilidade que é 100% da bancada governista e de mais ninguém dos Senhores Deputados desta Assembleia.

O SR. ALGACI TÚLIO - Permite um aparte, Deputado Mário Bezerra? (Assentimento).

No pronunciamento do Deputado Rosinha por várias vezes foi citada a CPI que presidiros na Legislatura passada. Quero deixar bem claro que a CPI que presidiros chegou ao seu final com resultado, como já disse em outras ocasiões, condenando o ex-Secretário Manoel de Almeida Neto. E na sequência, quando assumiu o Secretário Sebastião Pimentel, nós já recebíamos estas denúncias que estão sendo agora motivo de uma outra CPI. Então o que se deve deixar bem claro é que a CPI que presidiros aqui na Legislatura passada chegou ao seu final antes que chegassem estas denúncias. Em função destas denúncias, este Parlamentar fez um pedido de convocação do Secretário Sebastião Pimentel para que viesse à Assembleia prestar esclarecimentos a respeito destas denúncias, motivo desta nova

CPI. Infelizmente, por questões de doença, o Secretário não pôde comparecer e, em seguida, terminou a nossa Legislatura. Porque pode parecer que na CPI anterior não se tivesse tido a vontade de querer averiguar estas novas acusações, estas novas denúncias. Quero deixar bem claro que na nossa CPI fomos até o final, mostramos o resultado e após concluída a CPI, com o relatório aprovado pelo Plenário e encaminhado à Polícia Federal, é que surgiram novas denúncias.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Muito obrigado. Senhor Presidente, recebemos através da Comissão de Justiça, de Finanças, ofícios e dois projetos de lei do Executivo que trazia vencimentos.

Deixem-me fazer a leitura da mensager do Governo: (Mensager n° 77/91).

(Lê)

Em conformidade com as disposições contidas nos artigos 53, inciso VIII e 60, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter a essa Augusta Casa o anexo anteprojeto de lei dispondo que os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da administração direta e das autarquias do Poder Executivo, inclusive das constantes da Lei n° 9663, de 16 de julho de 1991, vigentes em agosto de 1991, ficam, a partir de 1° de setembro de 1991, reajustados em 20% (vinte por cento). Visa, ainda, reajustar nos mesmos percentuais, os valores das gratificações de Produtividade e de Representação de Gabinete, assim como os valores do salário-família e das pensões especiais. O Plano de Lei em referência, objetiva, ainda, fixar, conforme especifica, a remuneração do cargo de Secretário de Estado, composta de vencimento básico e de Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais. É também proposta a incorporação à referência 1, nível de vencimento 1, série de classe A, do Quadro Próprio do Magistério, o abono provisório no valor de Cr\$ 4.933,89 (quatro mil, novecentos e trinta e três cruzeiros e oitenta e nove centavos) de que trata a Lei n° 9539, de 16 de janeiro de 1991, assim como a elevação do valor da Gratificação de Regência de Classe, de que tratam as Leis n°s 9109/89 e 9373/90 (art. 6°).

Esta é a Mensager que o Governo remete à Assembléia.

A Comissão de Justiça deu o seu Parecer através do Deputado Tavares e a Comissão de Finanças também já ratificou o seu Parecer favorável. Mas este Deputado que

lhes fala deu o voto em separado para um Projeto de Lei n° 411, referendado pelos Deputados de Oposição que compõem a Comissão de Justiça, o Deputado Plauto, Deputada Erília, Deputado Colorbino, Deputado Nelson Justus, também referendaram o meu voto em separado, que diz o seguinte: (Lê).

A Mensager Governamental n° 77/91, encaminha a este Poder proposta de reajuste da remuneração dos servidores civis e militares do Estado, ativos e inativos, bem como das gratificações de Regência de Classe, Produtividade e Representação de Gabinete, Salário Família e pensões. Fixa também, remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado.

Não fossem as circunstâncias especiais em que insere o plano de lei, pouco mais restaria a este Poder do que, no cumprimento de suas obrigações constitucionais, referendar a iniciativa do Excelentíssimo Senhor Governador, por se inserir no elenco daquelas que são, indiscutivelmente, de sua exclusiva iniciativa.

Acontece, no entanto, que a proposta do Poder Executivo, por sinal a primeira, desde sua posse, de reajuste dos vencimentos dos servidores públicos, vem coroar uma série de irregularidades, que se prolonga desde o Governo anterior. Senão vejamos:

O último reajuste salarial dos servidores públicos do Estado, concedido através da Lei n° 9547, de dezoito de janeiro de 1991, num percentual de 185,22, e escalonado em sua implantação nos cinco primeiros meses do ano, como é fato notório e incontestável, tratou de reposição das perdas salariais ocorridas no segundo semestre de 1990, continuando o funcionário público estadual a sofrer a implacável corrosão inflacionária, através dos, já quase vencidos, nove meses de 1991.

Através do Decreto n° 532/91, de 25 de junho de 1991, pretende o Senhor Governador, invocando dispositivos da CF, justificar o não cumprimento do disposto no Art. 4° da Lei 9547, de 18 de janeiro do corrente ano, que estabelecia a data-base para o reajuste dos servidores do Poder Executivo em 1° de junho. Decreto legalmente inócuo: primeiro por se constituir em flagrante desrespeito à lei citada, em vigor e que segue os mesmos princípios adotados e obedecidos pela administração federal; segundo, porque, embora se tente escudá-lo em dispositivos da CF a espanca frontalmente, ao tentar limitar de pronto as despesas de pessoal aos 65%, invocando o disposto no Art. 38, da Carta Magna, ser levar em conta o seu parágrafo único, que diz:

Art. 38 - ...

Parágrafo único - A União, os Estados,

o Distrito Federal e os Municípios, quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto neste artigo, deverão retornar aquele limite, reduzindo o percentual excedente razão de um quinto ao ano.

Como se vê, o próprio constituinte federal, consciente das implicações sociais que a inflexibilidade da lei, em tal caso acarretaria, prevê uma redução gradual das despesas excessivas com pessoal, em cinco anos, minorando, assim, os possíveis danos. E não nos é dado sermos, por conveniência, mais constitucionalista que a própria Constituição.

Da mesma forma, inconsistentes são as alegações de falta de dotação orçamentária, suficientes, cansados que estamos, nesta Comissão e no Plenário, de votar com a maior boa vontade, créditos suplementares solicitados pelo Senhor Governador, para repor dotações orçamentárias corroídas pela inflação.

Note-se que não estamos dando ao servidor nenhum ganho real, mas repondo, de forma insuficiente as perdas causadas por uma inflação que só não foi prevista por quem não teve tino, ou não achou conveniente.

Se, há anos, apesar dos percalços, bem ou mal, inclusive em administrações do PMDB, se tem procurado dar aos servidores públicos uma remuneração condigna, não nos é fácil entender este acodamento em desprestigiar e, mesmo, humilhá-los, como se culpados fossem pelos males do Estado.

É certo que maus funcionários há. Como existem maus governantes e maus administradores, até maus deputados. Mas os instrumentos estão aí, existem os Estatutos dos Servidores Públicos, os inquéritos, as leis civis e penais, para que se possa enquadrá-los e torná-los produtivos ou dispensá-los. Mas não será certamente, pelo caminho mais fácil da prepotência e o nivelamento por baixo, que haveremos de fazer Justiça, de forma positiva, punindo aos maus, sem espezinhar os bons, os produtivos, indispensáveis para o andamento da máquina governamental.

Por outro lado, o envio de mensagens diversas, concedendo aumentos em percentuais diferentes a diferentes categorias de servidores, procedimento que tem sido adotado costumeiramente pelo Senhor Governador do Estado, haja vista, que nesta mesma sessão estou relatando outro projeto, o de nº 410/91, que dá um aumento diferenciado aos servidores do Porto de Paranaguá, não se nos parece revestido de justiça e legalidade. De justiça, por se reconhecer que todas as categorias estão defasadas e os reajustes propostos, mesmo sendo irrisórios, deveriam ser iguais. De legalidade, por dar tratamento diferenciado a diversas categorias de servidores, em

afronta, no mínimo, ao princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei.

Na forma do exposto, que poderia ser bem mais contundente, não fora o exíguo espaço de tempo que nos restou para apreciar o projeto, por força, exclusivamente, da demora do Senhor Governador em encaminhá-lo a este Poder, atrasado que está, desde 1º de junho, data base para o reajuste dos servidores estaduais, fixada por lei e não querendo prolongar ainda mais a sua agonia, na espera deste almejado e minguado reajuste, somos obrigados a opinar pela sua aprovação, com restrições, solicitando que este Parecer, na forma do Art. 51 § 7º, do Regimento Interno, seja apenso ao parecer do relator, como voto em separado.

É o Parecer.

Então, Senhor Presidente, este meu voto em separado é mais um protesto ao Governo do Estado pelo irrisório aumento salarial que ele concede ao funcionalismo público. Como não há outro caminho para que este Deputado, ou muitos presentes nesta Assembleia possam trilhar, nós estamos fazendo o possível: simplesmente protestar e dizer ao povo do Paraná que o Governador solicita tanto da Assembleia em reposições orçamentárias e se esquece de repor aquilo que o funcionário público tem de direito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PRN.

Vamos ouvir a palavra do representante do litoral paranaense.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres Parlamentares. É com um misto de satisfação e de assombro que venho à tribuna. Lendo a revista "Veja" desta semana, a "Veja-Paraná" infelizmente não estão sendo lida em outros Estados.

Venho a esta tribuna preocupado e me perguntando porque o Governo do Estado, depois de 6 meses, tomou conhecimento que o Porto de Paranaguá está naufragando. Matéria aqui, a figura do Superintendente (mostrando a revista), dizendo que o Porto de Paranaguá naufraga.

Seis meses foram necessários para o Governo do Estado perceber o que nós falamos na primeira semana como Deputado: dizer que o Porto é ineficiente, obsoleto, que trabalha abaixo da capacidade, que inchou o seu quadro em 500 pessoas, mas como prêmio de reconhecimento essa mesma pessoa que inchou o Porto em 500 pessoas ganhou o DETRAN de presente do Governo do Estado para administrar.

É o que mais nos deixa estarecidos, que nós demos algumas soluções aqui em

Plenário, junto ao líder Orlando Pessuti, junto ao Secretário de Transportes e junto ao Governador Requião e hoje, lendo a VEJA, as minhas soluções estão na VEJA, dadas pelo Superintendente do Porto, pelo Governo do Estado. Ora, minha gente, o que eu queria que todo o Paraná entendesse, é que não estou aqui na Assembleia para fazer oposição sistemática, eu estou aqui empunhando a bandeira do Paraná. Eu realmente empunho quando brigo pelo petróleo e empunho quando brigo pelo Porto.

O SR. ALBINO CORAZZA - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nós queremos cumprimentar Vossa Excelência, que aborda esse assunto de tanta importância para todo o Paraná e lendo esta reportagem, nós que estamos na região oeste do Paraná, região produtora de grãos de exportação, a preocupação é muito grande pelos altos custos que o Porto onera o produto agrícola e além do Porto oneroso, a nossa dificuldade de viabilizar a Ferroeste para diminuir os custos do transporte e da produção agrícola. Nós estamos concluindo um estudo para o qual, na próxima semana, deveremos usar da tribuna, dando os dados que realmente preocupam com a situação do Porto, do transporte e está inviabilizando a agricultura do extremo oeste do Paraná.

Parabenizo a oportunidade de levantar esse assunto e queremos, no momento oportuno, trazer mais dados que essa Assembleia poderá conhecer e tomar posição para a solução dessa grave realidade.

Obrigado.

O SR. LAURO FREGONESE - Agradeço, Deputado Albino. Acho que todo o Paraná leu e vê com a VEJA, o depoimento oficial do Superintendente, que é a nomeação do Governador do Estado, Roberto Requião, e torço para que faça um bom governo, porque o Brasil precisa, imediatamente acabar com essa onda de pessimismo, com essa corrente de pessimismo que nós estamos vendo nos quatro cantos do Estado. Alguém tem que se mexer e esperamos que comece pelo Paraná, através do Governador. Esperamos que ele empunhe essa bandeira e eu gostaria de dizer que precisos foram seis meses e alguns milhões de dólares perdidos para que o Governo entendesse que o Porto, do jeito como está, não vai, que o Porto foi uma brincadeira, que as administrações do Porto, deixaram a desejar, que desaparecerem 40 vagões de trem do dia para a noite, que existem carretas que não funcionam, que existem guindastes que estão lá para não funcionar e existem milhões de dólares sendo jogados diariamente pelas janelas do Porto de Paranaguá.

Também vejo aqui dados: "um arrumador

ganha seiscentos mil cruzeiros, um confeirente, ele ganha muito mais. Um estivador ganha duzentos e cinquenta mil cruzeiros, ele ganha muito mais". Nós temos que falar para o Paraná, a verdade.

Mas o que mais me preocupa, são os cinquenta cargos comissionados que foram criados no Porto de Paranaguá, que dariam para pagar a folha de 800 arrumadores. "Somente 50 cargos comissionados pagam 800 pessoas que trabalham no Porto de Paranaguá".

Nós esperamos que a partir dessa reportagem, o Governo realmente passe a agir energeticamente e comece a resolver os problemas do Estado do Paraná, pois nós estivemos aqui várias vezes, nessa tribuna estivemos conversando com as autoridades competentes, afirmando e dando as soluções. As soluções, algumas, saíram da Revista VEJA.

Eu espero que essas soluções que foram colocadas na Revista VEJA - e eu vou citar uma: "quando vamos resolver isso, trazendo equipamentos para aumentar o calado de trinta e sete para quarenta pés". Agora quem decide se o Porto de Paranaguá terá 40 pés é a Capitania dos Portos. E não é competência do Senhor Governador que tem que realmente viabilizar o Porto de Paranaguá para que não aconteça e para que o nosso agricultor não seja cada vez mais achatado. O Porto de Paranaguá é uma realidade. A Ferroeste é uma realidade que surgirá futuramente. Eu espero, eu acredito que a história das ferrovias no Brasil têm um final trágico. A Ferroeste é necessária. Mas aqui eu daria mais um alerta ao Governador, que ele imediatamente, com recursos do Estado, termine a Ponte Guaíra-Mato Grosso para viabilizar toda aquela exportação do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Rondônia. Porque nós, se não for feito isso, imediatamente, teremos o Porto de Paranaguá não operando com 18 milhões de toneladas como diz o Miranda que trabalhou na Petrobrás, teremos o Porto de Paranaguá trabalhando apenas com 2 ou 3 milhões de toneladas.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n. 944/91, subscrito pelo Senhor Procurador Geral da Justiça, constante do expediente, encaminhando Projeto de Lei que visa reajustar os vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. À Direto-

ria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n. 106/91, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto que visa alterar as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Servidores integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projetos de lei em n. de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, devidamente apoiados, constantes do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Domingos Carvalho, Cleiton Kielse, Toti Colaço, Edson Silva Lino e Luiz Antonio Setti, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da proposição n. 040/91, veto aposto ao Projeto de Lei n. 086/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapira, Estado do Paraná, os imóveis urbanos que especifica. Com relatório da CCJ., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. (Public. no DA. n. 23, de 20.03.91).

OF/DTL/SAT N° 160/91

Curitiba, 14 de junho de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 063/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 47, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 86/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tapira, os lotes de terras ns. 16, da Quadra 26 e 05, da Quadra 16, da Planta Oficial daquela Cidade, havidos pelo Estado do Paraná conforme Sentença Judicial proferida pelo juízo da Comarca de Cidade Gaúcha, nos autos de Arrecadação de Bens n. 550/80.

A negativa de sanção ao Plano de lei em exame decorre do fato de que, segundo informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria

de Estado da Administração, a medida não é oportuna, nem consulta aos superiores interesses públicos em vista da possibilidade de os questionados imóveis virem a ser utilizados pela própria Administração Estadual, sediando repartições suas naquele Município.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI N° 96/91

P A R E C E R:

Examinando a Proposição n. 40/91, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 86/91, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa: que visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tapira, os lotes de terras ns. 16, da Quadra 26 e 05, da Quadra 16, da Planta Oficial daquela cidade, havidos pelo Estado do Paraná, conforme autos de Arrecadação de Bens n. 550/80.

Verificamos que o Veto ocorreu em concordância absoluta com o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

O que ocorreu na redação da Proposição n. 04/91, foi um equívoco datilográfico com respeito a competência privativa do Governador, que apontou o art. 47, quando na verdade o artigo correto seria o art. 87 - o que esta implícito na redação da justificativa.

Por tais fatos, consideramos estar a presente Proposição em condições de ser apreciada pelo Plenário.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação por 03 (três) sessões da Proposição n. 040/91. Deferido.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 155/91, autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, prevê a realização da Semana da Conservação Escolar no calendário da Secretaria de Estado da Educação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Public. no DA. n. 43, de 25.04.91).

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Dr. Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados José Alves e Paulo Maia, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLÊNARIO,
AO PROJETO DE LEI N° 155/91**

Inclua-se no Projeto de Lei n. 155/91 o seguinte artigo:

"Art. - Concomitantemente será realizado, sob a coordenação do Conselho Escolar, processo de discussão sobre o caráter e o papel da escola, envolvendo o conteúdo didático-pedagógico e curricular."

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(aa) DR. ROSINHA,
ERNANI PUDELL e
OVÍDIO CONSTANTINO

Apoio:

José Alves e Paula Maia.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se, através da presente emenda aditiva, contemplar no Projeto de Lei que dispõe sobre a Semana da Conservação Escolar a discussão sobre o papel e o caráter da escola em nosso meio.

Estaremos, desta forma, não só realizando uma semana de execução de tarefas, mas de análises e compreensão do significado da escola - e, por extensão, da educação - no conjunto da sociedade.

Contamos, em vista do exposto, com a aprovação unânime da presente.

Encerrada a discussão. O Projeto volta à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 198/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que altera o Artigo 2º, da Lei n. 6.470, de 22.10.73, acrescenta parágrafos e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Public. no DA. 59, de 27.05.91).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 198/91**

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Rafael Greca, objetiva alterar o artigo 2º da Lei n. 6.470, de 22 de outubro de 1973, acrescentando parágrafos e adotando outras providências, na forma que especifica.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental do Plano de Lei, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de receber a apreciação do Douto Plenário desta Casa

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL,

opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
ROSSONI
Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 198/91
PROTOCOLO N° 4898/91**

Autor: Deputado RAFAEL GRECA

Súmula: "Altera o Artigo 2º, da Lei n. 6470, de 22.10.73, acrescenta parágrafo e dá outras providências".

O Plano de Lei, em análise, é de grande relevância econômica e até de ordem social, pois beneficia aqueles municípios que efetivamente dispõem recursos próprios para manutenção, sinalização e segurança do trânsito urbano.

A Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer FAVORÁVEL.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada que obste a tramitação do Plano de Lei em testilha.

Assim, somos pela tramitação em Plenário, do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
ALCEU SWAROWSKI
Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 198/91**

Autor: Deputado RAFAEL GRECA

Súmula: "Altera o artigo 2º da Lei n. 6470, de 22.10.73, acrescenta parágrafo e dá outras providências".

O presente Plano de Lei, em análise, é de grande relevância econômica e até de ordem social, pois beneficiará vários municípios que efetivamente dispõem recursos próprios para manutenção, sinalização e segurança do trânsito urbano.

A Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer FAVORÁVEL.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações nada que contrarie a tramitação do Plano de Lei em testilha.

Assim, somos pela tramitação em Plenário, do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) CÉZAR SILVESTRI
Presidente
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
Relator

Sobre o referido projeto, requerimento

de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 198/91.- Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, este Projeto de Lei vem baseado no que já aconteceu no Estado de São Paulo, embora seja menos draconiano do que o projeto proposto em forma de convênio pelo Governo Fleury à Prefeita Luiza Erundina de São Paulo. Lá se transferiu totalmente a administração dos recursos provenientes das multas de trânsito para a esfera do poder municipal.

Hoje de manhã, estive na reunião do Bloco Municipalista desta Casa apresentando este Projeto, que se fundamenta basicamente na idéia de salvar vidas. Temos pelo menos dois Deputados aqui que já perderam seus entes queridos no trânsito na Cidade de Curitiba. A cada dois dias morre uma pessoa no trânsito de Curitiba.

No entanto, o nosso efetivo do Batalhão de Controle de Trânsito está diminuindo a cada dia que passa. A cada dia que passa o Batalhão fica menor. No entanto, cresce na exata proporção a burocracia do DETRAN. Parece que se denota na tentativa de bombardear este Projeto, não sei se o Deputado José Tavares teria essa intenção, mas aí também se esconde uma vontade do DETRAN em permanecer na volúpia arrecadadora sem tentar salvar vidas e sem tentar melhorar o trânsito das cidades do Paraná.

Nós sabemos que o DETRAN está construindo um palácio de 5 mil metros quadrados ao preço de 150 milhões de cruzeiros. Seria de sugerir ao DETRAN que terminasse essa obra a exemplo da Igreja dos padres Capuchinhos de Roma, com as tábias, os perônios, os fêmures, as costelas, as ossadas, das vítimas do trânsito de Curitiba, não faltaria material de construção. Porque há um defunto cada dois dias e o próximo pode ser qualquer um de nós. Porque vai a cidade sem sinalização, vai a cidade não só essa, como todas as cidades do Paraná, sem efetivo de batalhão de polícia de trânsito, e se vai acumulando cada vez mais a burocracia da administração do trânsito.

Esse Projeto é moderno, ele é contra a máfia assassina escondida atrás da burocracia, acaba patrocinando efetivamente as mortes contínuas no trânsito de Curitiba, Londrina, de Maringá, de Paranaguá, de Ponta Grossa, de Toledo e de Cascavel.

Ora, se argumenta, mas o projeto não beneficia os pequenos municípios. Estou pedindo que 50% do valor arrecadado com as multas fique na cidade onde a multa teve origem, 25% irá para o DETRAN, para prover

o trânsito das pequenas cidades e 25% irá para equipar a polícia militar.

Eu imagino, que em os Municípios podendo administrar os sistemas de controle de trânsito e de tráfego, a arrecadação com as multas possa crescer. Aqui mesmo, colocaríamos monitores em todos os pontos negros do trânsito da cidade e multiplicaríamos a arrecadação prevista para esse ano em 5 bilhões de cruzeiros.

Dizia-me um Deputado do Governo, que vê nesse Projeto um defeito, porque os pequenos municípios não vão receber nada. Ora, vamos analisar o caso do menor município do Paraná, o mais pobre, o mais despossuído, que é a velha cidade praiana de Guaraqueçaba. Em Guaraqueçaba ninguém morre atropelado, as pessoas podem morrer afogadas, cair da canoa.

Bom, em Guaraqueçaba não havendo trânsito não há multas, não havendo multas, nem trânsito, não há necessidade de sinalização do trânsito. Guaraqueçaba precisa mais de um trapiche, um arrais amador, de um mestre de velas, de um mestre pescador do que necessariamente de uma polícia de trânsito.

No entanto, nós sabemos, a família do Deputado Erondy Silvério sabe, a família do Deputado Anibal Khury sabe a minha família sabe. Nós precisamos de guardas de trânsito. Nós não podemos consentir que as nossas crianças persistam sendo mortas pela insegurança selvagem de cada dia, no trânsito da cidade grande.

Estes dez dias de adiamento desta votação, podem levar o Governo a uma reflexão. Mais eles configuram uma política velha que não serve mais ao Brasil. O nosso momento é tão de fundo de poço, que não tem mais nenhum cabimento ficarmos brigando uns contra os outros numa fogueira, transformando esse plenário numa fogueira de vaidades, quando temos que puxar o povo para junto de nós e tentarmos salvar vidas, melhorar o bem comum, melhorar a vida das pessoas e organizarmos o Estado, de maneira que o Estado cumpra com as suas funções de melhorar a vida das pessoas. De maneira, que aberto a Emendas o meu Projeto pode ser votado e eu gostaria que não fosse só meu, que passasse a ser da Assembleia toda, aberto a Emendas - o meu projeto pode ser lançado por exemplo, para o ano que vem, para que as multas desse ano ainda paguem o palácio do DETRAN: - mas eu não vou deixar de ver naquele palácio a semelhança da Igreja dos Capuchinhos na via Consolacion em Roma, eu não vou deixar de ver naquele palácio uma construção feita com tábias, com perônios, a janela onde sai o Senhor Chiquito toda cheia de vertebrazinhas, de crianças de Curitiba, atropeladas no trânsito da Capital, a escrivadinha dos assessores do Senhor Chi-

quito puxada por costelas de crianças assassinadas em Curitiba.

Palácio da Burocracia. Feito dos ossos dos mortos, jamais será endereço de felicidade. Jamais será endereço de bem comum.

Climo à Assembléia, em nome da memória dos mortos nos acidentes de trânsito e em nome do bem comum do povo, que se possibilite aos prefeitos municipais de todas as cidades terem acesso a esta arrecadação para aí, livrando o Governador de mais uma responsabilidade, darem à nossa Polícia, darem ao nosso DETRAN e darem a cada um dos seus munícipes as condições de segurança e de vida.

Este é um Projeto a favor da vida. Não tem qualquer conotação partidária. É, inclusive, inspirado num gesto do Governador Fleury, do PMDB. Lamento que seja de São Paulo.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado José Tavares, para encaminhar.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Sra. Deputada, Senhores Deputados; eu subscrevi este Requerimento pedindo o adiamento da discussão e votação desta matéria por algumas Sessões, para que esta Casa pudesse obter mais informações para melhor decidir a respeito da questão.

Eu conversava com o Deputado Rafael Greca a respeito do seu Projeto e dizia o seguinte: que eu, particularmente, defendo que a política de trânsito deva ser executada pelos municípios. É uma convicção pessoal. Aliás, eu defendo que muitas outras coisas que estão hoje, nas mãos do Estado e da união, devam passar para os municípios. Mas, o importante é passar para os municípios, além do encargo, o dinheiro, a receita.

Eu usava como exemplo ao Deputado Antônio Annibelli, de como que ficaria o Município de Munhoz de Melo, que ele representa há mais de 15 anos, se esta Lei for colocada em prática. Por que? Porque o município pequeno, que eu conheço, que não tem problemas de trânsito, praticamente, e nos termos do Projeto de Lei do Deputado Rafael Greca, mais especificamente no seu artigo 2º, porque o seu Projeto não tem muitos artigos, são três artigos, no artigo 1º diz o seguinte: "Do total dos recursos atribuídos ao FUNRESTRAN (Sic) 50% da receita das multas - das multas, não diz de outra fonte - arrecadadas por infração às normas de uso das vias públicas dos municípios, 50% será repassado às respectivas prefeituras, no caso delas administrarem a manutenção viária e o sistema de sinalização e segurança do trânsito urbano".

Ele transfere, legalmente, a competên-

cia para o município. E Munhoz de Melo não vai arrecadar absolutamente nada! Porque não arrecada.

Este é um aspecto que eu quero chamar a atenção dos nobres colegas Parlamentares. Realmente, Curitiba, nossa querida Curitiba, Capital do Estado, Cidade onde nasceu um dos meus três filhos é a Cidade mais importante do Estado, a maior do Estado, que tem os maiores problemas, eu reconheço. A minha querida Londrina, Cidade onde nasceram dois dos meus três filhos, é a segunda Cidade do Estado. Os problemas são gigantescos. E conseqüentemente, as soluções também têm que ser nesta mesma dimensão.

Mas, este Projeto, a meu juízo, em que pese o alto espírito que moveu o Deputado Rafael Greca, a apresentá-lo só beneficia as grandes cidades, porque são as grandes cidades que obtêm receitas expressivas através da multa de trânsito.

Eu usei a S.Exa. o mesmo exemplo do IPTU. O que é que significa o IPTU para o Município de Iguaraçu que eu represento, e o Deputado Cleiton Quiêlse também representa? Não significa absolutamente nada! Não tem nenhuma expressão! Tanto que muitos municípios do Paraná isentam a população do Pagamento do IPTU. Agora, em Londrina, tem uma expressão significativa. Em Curitiba é muito maior!

Por conseguinte, eu encaminhei este requerimento à Mesa, e gostaria de contar com a compreensão dos colegas, não é propriamente para dizer que vamos votar contra ou fulminar com a maioria deste Plenário, absolutamente! O que eu quero é um tempo para poder formar melhor o meu juízo e trazer as informações para melhor informar ao juízo desta Casa a respeito dessa questão.

Eu pedi ao Departamento de Trânsito para que me mandasse, o mais urgente possível, dados oficiais a respeito dessa situação, detalhando inclusive o que cada município arrecada através das multas de trânsito, no Paraná.

Se estes argumentos não fossem suficientes, já que não estão aqui, encaminhando contra o Projeto de S.Exa. mas sim encaminhando o meu requerimento de adiamento, tem um outro aspecto, o Projeto de S.Exa. ele diz, no seu artigo 3º, o que normalmente se diz em Projetos, mas o que aparentemente é só um detalhe não é um detalhe, é muito importante o seguinte: "Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação." S. Exa. sabe que o FUNRESTRAN é um Fundo instituído por Lei, e a sua subsistência é ditada com base nessa referida Lei e uma receita prevista no orçamento do Estado do Paraná para o ano de 91, conforme tenho aqui em meu poder uma cópia onde diz que a unidade 2.41202.11 -

multas por infração ao código nacional de trânsito, e o valor global previsto pelo orçamento do Estado, aprovado por esta Casa, em termos de mil cruzeiros, à época, duzentos e sete mil e seiscentos cruzeiros, foi a previsão orçamentária, para esta rubrica que esta Casa aprovou, por ocasião da análise do orçamento de 91, no final do ano passado. Então isto é inconstitucional, nós não podemos aprovar aqui uma Lei que venha mexer numa disposição orçamentária em vigor! O máximo que podemos fazer, e isso é uma conquista da Assembleia Nacional Constituinte, é propormos alterações orçamentárias para o ano seguinte, e aí S.Exa. teria que alterar o seu Projeto, e esta é também uma das oportunidades para fazê-lo se aprovarmos o meu requerimento.

Por estas razões é que encarego ao Plenário que aprove o requerimento de adiamento de discussão e votação desta matéria, evidentemente com base nos argumentos que aqui dispendi.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por coincidência se discute, num Seminário, no Rio de Janeiro, a municipalização do trânsito. Exatamente em função de que as atividades do DETRAN estão desvirtuadas. O DETRAN passou a ser apenas um órgão arrecadador e tudo que arrecada, lamentavelmente, pouco ou quase nada, se destina principalmente à Educação do Trânsito. Este é o grande problema! Daí porque se discute de que esta arrecadação, em relação às multas e infrações sejam destinadas aos municípios, porque são os municípios que têm o complicado da questão do sistema viário, que necessita aplicar em cima desta segurança e sempre que ocorrem os acidentes, as tragédias, não se cobram do DETRAN à questão da segurança, mas se cobra das prefeituras. Esta é a verdade que tem que ser dita. Por esta razão eu trago aqui uma matéria de um jornal de Curitiba que diz: "E nós estamos criando agora, no Município de Curitiba, por coincidência também nesses dias, o Conselho Municipal da Segurança no Trânsito". E este Conselho tem por finalidade principal fazer com que se estabeleça o sentido de se dar uma melhor educação ao pedestre, ao motorista, em relação a questão do trânsito. E diz a matéria, e que não é matéria feita por nenhum elemento que compõe ou que prepara a criação desse Conselho, que foi levado ainda ontem a tarde ao conhecimento do Prefeito Jaime Lerner por nós e por integrantes, pessoas de reconhecida capacidade em termos da área de trânsito: "A presença de representantes do Conselho Comunitário nas operações de trânsito são

importantíssimas". E para o Município de Curitiba seria igualmente importante a pressão que o Conselho poderia fazer junto aos órgãos estaduais para garantir o retorno por infrações no trânsito das multas cobradas para investimentos em sinalizações e campanhas de educação.

Nos últimos sete meses o DETRAN emitiu 186 mil notificações, apenas em julho foram arrecadados 271 milhões de multas, dois milhões do grupo-1, dezenove milhões do grupo-2, vinte e quatro milhões do grupo-3, duzentos e quinze milhões do grupo-4, ou seja, as multas por mal uso das vias, estacionar em lugar inadequado; e estensos poderiam retornar ao município para investimentos no sistema viário. E aqui está a grande verdade, pergunta-se qual foi a última companhia, feita pelo DETRAN em relação ao sistema de trânsito na Capital do Estado do Paraná? Faz muito tempo, eu já nem me lembro mais. Além do mais o BPTRAN, que é o órgão responsável pela segurança, pela fiscalização do trânsito em Curitiba, está sendo desativado, atualmente vinte e dois policiais que cuidavam do trânsito em Curitiba, estão sendo deslocados agora para darem policiamento a órgãos do Governo do Estado, porque o Governador cancelou os contratos com as empresas de vigilância particulares, e até aí nós concordamos porque segundo as informações fez uma economia muito grande com isso, porque pagava-se uma importância volumosa às empresas e elas pagavam menos do que um salário mínimo para cada um daqueles vigilantes. Agora, não se concebe que o Governador retire os guardas do BPTRAN para colocá-los fechados em repartições públicas; quer dizer, desmonta-se o BPTRAN, não se tem um policiamento suficiente para a Capital do Estado, que recebe toda uma demanda de transporte de todas as áreas aqui para a Capital do Estado do Paraná. Por esta razão é importante este Projeto, este Projeto não vai deixar de contemplar os pequenos Municípios também, aliás, até é bom que o Deputado José Tavares receba essas informações que pede ao DETRAN, porque no nosso conhecimento os pequenos Municípios nada estão recebendo do DETRAN, absolutamente nada, em termos de repasse com relação a multas. Então é talvez até uma prova de que não ocorrendo multas e infrações em pequenos municípios, não porque então remeter a esses municípios alguma receita auferida pelo DETRAN. Além do mais, também respondendo ao Deputado José Tavares, multa não é receita, é uma expectativa de receita, portanto, não é inconstitucional esse Projeto que o Rafael Greca está colocando em votação. Além do mais, Deputado José Tavares, e aqui tem sido feitas sistemáticas cobranças nesse sentido, também faz parte de comissões por

onde passou este Projeto e Sua Excelência na Comissão não protestou, assinou, inclusive, os pareceres, favoráveis ao Projeto segundo as informações que eu recebo. Também estou, dentro desse Projeto, colocando uma emenda que altera um pouco o art. 2º do atual Projeto. Diz a minha emenda: "Do total dos recursos atribuídos ao FUNRES-TRAN, 50% da receita das multas arrecadadas por infração às normas de uso das vias públicas dos municípios, serão repassados às respectivas prefeituras municipais, no caso delas, administrarem a manutenção viária do sistema de administração e programas de educação e segurança no trânsito urbano". E por que? Porque as discussões e permanentes debates sobre os problemas no trânsito e alternativa para sua segurança, tem apontado, unanimemente, para uma necessidade: a educação da população - motoristas e pedestres, para a co-existência nas ruas, estradas, praças e demais vias públicas. Entretanto, apesar, das inúmeras propostas para esta educação, tem esbarrado em obstáculos de diversas ordens: uns porque os Estados não podem legislar sobre os currículos de suas escolas sem guardar consonância com a Lei de diretrizes e bases da educação nacional que se encontra em debate no Congresso Nacional, de outros, porque qualquer programa a ser desenvolvido para educar a população, careceria de recursos financeiros consideráveis, cujas fontes não podem ser indicadas, prejudicando outras prioridades. Assim nasce então, a idéia, de ter na própria receita das multas de trânsito, aplicada aos infratores, os recursos para educação da população a fim de que ela não cometa mais infrações.

E é a pedagogia da Justiça. Não se quer que as pessoas continuem infringindo, para sempre, para que se tenha dinheiro para manutenção das vias públicas. A esperança é de que as multas tenham caráter punitivo e nada mais justo que parte do dinheiro arrecadado com elas, seja destinado à educação dessa mesma população para o trânsito.

Então, Senhores Deputados, eu acho que nós temos que pensar muito bem em relação a essa questão do trânsito. As grandes cidades têm sofrido bastante com relação a este problema, para cima delas, toda carga, toda demanda de veículos, de pedestres, aqui, para essas cidades maiores - ocorre, consequência disso: toda carga, todo o peso, de um desastre, de uma tragédia, de uma morte vai em cima do município, em cima da prefeitura que, lamentavelmente, não recebe, nenhuma multa, nenhum tostão, nenhum cruzado em relação a esse dinheiro que é recebido através dessas multas, através dessas aplicações.

Por isso acho que é de fundamental im-

portância, mesmo porque, eu vou trazer para os próximos dias também aqui, o resultado desse debate no Rio de Janeiro com relação à municipalização do trânsito. Acharmos que, deve realmente passar aos municípios, aqui já temos o IPPUC que é a nossa universidade do trânsito, que é ela quem gerencia, praticamente, o sistema viário da cidade e no entanto não recebe nada, absolutamente nada em relação a essas verbas.

Por isso queremos conclamar à Bancada, do Governo que retire talvez, por 3, 4, ou até 5 Sessões, agora, 10 Sessões, é praticamente fulminar este Projeto que é de uma importância.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Erondy Silvério,

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu escutei com muita atenção os três oradores que me antecederam, e as razões expostas pelo autor do Projeto foram as que mais me convenceram. Porque não se trata, como falou o orador que me antecedeu - de maneira errônea, não se trata do município de Curitiba; é um projeto com abrangência para todo o Estado. A Casa deve estar consciente de que chegou o momento do Poder Legislativo interessar-se pela gravíssima questão do trânsito no Paraná. São milhares de vidas que ficam a cada ano por falta de um planejamento de trânsito, por falta de fiscalização, por falta de equipamento da polícia de trânsito e por falta de uma política que, efetivamente seja destinada a estudar, a equacionar, a melhorar o trânsito.

As razões expostas pelo nobre Deputado José Tavares não me convenceram, porque os pequenos municípios em convênio com o DETRAN, porque ficam reservados pelo projeto 25% da arrecadação do DETRAN, podem resolver seus problemas locais. Mas Cascavel, Guarapuava, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Curitiba, Paranaguá, os grandes e médios, municípios, estes precisam de uma providência que já se faz tardar.

Acho que a retirada por dez sessões é condenar, como disse o Deputado Algaci Túlio, o projeto às calendas. Não há razão para que se retire este projeto por mais do que três sessões, ou que não se retire, entre com um substitutivo em segunda discussão, porque reconhecemos que o projeto tem falhas. Uma das falhas é tentar transferir ainda este ano, aos municípios, verbas já previstas e destinadas ao DETRAN orçamentariamente.

Este é um defeito gravíssimo. Só pode ser para o ano vindouro. Mas pode ser resolvido num substitutivo. Pode ser resolvido até numa emenda de plenário. Entretanto faço um apelo ao Deputado José Tava-

res e ao Deputado Rafael Greca, que façam um acordo por três sessões. Três sessões é o tempo suficiente para que se estude convenientemente o projeto e se ofereça uma redação exequível, que impeça o Governador de vetá-lo por razões inconstitucionais. Se o Sr. Governador quiser vetar, daí a responsabilidade é dele. Responsabilidade pelas milhares de mortes que ocorrem neste Estado por falta de um planejamento de trânsito.

O que esta Casa não pode aceitar é que não se faça nada em favor deste problema que é gravíssimo, que é sério.

Em muito boa hora parabênizo o Deputado Rafael Greca, o felicito pela iniciativa. É uma iniciativa das mais válidas, que vai ajudar a redimir um pouco este Poder Legislativo perante a opinião pública do Paraná.

Era isto.

O SR. ALBINO CORAZZA - Para encaminhar.

Após ouvir o pronunciamento de vários colegas sobre este projeto da maior importância aos municípios do Paraná, nós como Coordenador do Bloco Parlamentar Municipalista, inclusive tivemos uma reunião, hoje, pela manhã, em que este assunto esteve em pauta, queremos dizer que o País vai começar a dar resposta à população brasileira no momento em que os municípios tiverem os recursos e puderem, de uma maneira mais prática, rápida e econômica, dar a resposta à população.

Não há dúvida de que tudo o que for feito pelo município é mais econômico e o que pode ser feito pelo município não deveria ser feito pelo Estado e, da mesma forma, o que pode ser feito pelo Estado não poderia ser feito pela União.

Um dos motivos no descrédito na classe política acredito que seja este centralismo brasileiro.

Queremos apenas, reforçando o que aqui já foi dito, dizer que é importante que este projeto fique por três, no máximo, por cinco sessões fora da Ordem do Dia e se possa aperfeiçoá-lo com emendas, com substitutivo, inclusive com a hipótese dos municípios assumir a totalidade das responsabilidades do trânsito na sinalização e o processo educativo, que as multas ficassem até 100% aos municípios. Uma vez que os municípios assumindo este ônus teriam direito de ficar com toda a receita.

O nosso total apoio e a certeza de que este projeto será aperfeiçoado por Emendas ou por Substitutivo e desta forma poderemos corresponder a reivindicação dos municípios do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento.

O Sr. JOSÉ TAVARES - Eu conversei com o Deputado Rafael Greca e Sua Excelência concordou que alterássemos.

Ao invés de dez sessões, cinco sessões, Senhor Presidente.

O Sr. BASÍLIO ZANUSO - Eu sugiro a Vossa Excelência que suspendesse a sessão por alguns instantes para que as Lideranças se entendessem com relação ao prazo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado José Tavares deixou mais barato. Deixou por cinco sessões.

O Sr. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, se o Projeto merecer emendas como de fato vai merecer e também não me assusta a possibilidade de se colocar em prática a Lei só o ano que vem, embora eu queira lembrar a Casa que multa é receita eventual. Ela haverá se houver infração. Quer dizer não é uma receita...

O Sr. ORLANDO PESSUTI - E ICM se houver produção, comércio, transporte. O ICM também...

O Sr. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Ah, não é assim. Não. Não. Pessuti aí não dá, né?

O Sr. ORLANDO PESSUTI - Mas também não dá. Nós já combinamos que é cinco sessões...

O Sr. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Veja uma coisa: se ele for para Emendas vai ter que ir para a Comissão de Justiça.

Vai ter que ir para as diversas Comissões. Ele vai ficar por cinco sessões fora de votação, ou não vai?

E não está aqui desde 27 de maio e inclusive com Parecer Favorável do Deputado José Tavares, lá na Comissão de Constituição e Justiça, conforme reporta o Diário da Assembléia de hoje, o ilustre autógrafa de Sua Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - em votação, o Requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento por cinco sessões, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/91, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Senhoras Rotarianas de Catanduvas - Pr, com sede e foro no Município de Catanduvas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 94, de 12.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 325/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Ademir Luiz Traiano, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Senhoras Rotarianas de Catanduvas, com sede e foro no Município de Catanduvas.

O projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta ilustre Casa de Leis, tendo sido devidamente justificado.

Ainda, o presente projeto atende as especificações contidas na Lei n° 6.994, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental ou legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 329/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 057/91, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sertaneja, os imóveis de sua propriedade, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 94, de 12.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 329/91

PARECER:

Examinando o Projeto de Lei n° 329/91, originário da Mensagem Governamental n° 57/91, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Sertaneja, os imóveis de propriedade do Estado, constituídos pelos lotes n°s 9-A e 10-A, ambos da quadra n° 02, com áreas, respectivamente, de 150,00 m. (cento e cinquenta metros quadrados), e 374,00 m. (trezentos e setenta e quatro metros quadrados), situados no perímetro urbano da sede do referido município e havidos pelo Estado do Paraná, conforme matrícula n°s 4353 e 4354, do Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício da Comarca de Cornélio Procopio.

Os imóveis acima citados ingressaram no patrimônio do Estado, por força de doação feita pelo próprio município de Sertaneja.

Ouvidas sobre a possibilidade da re-

versão dos citados imóveis ao patrimônio do município de Sertaneja, opinaram FAVORAVELMENTE a Secretaria de Estado da Administração e a Secretaria de Estado da Fazenda.

Convencidos plenamente de que a medida ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração Pública, e a não existência de óbice tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, para sua normal tramitação e final aprovação por esta Casa de Leis, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das comissões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 329/91

PARECER:

Procedemos no âmbito da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a análise do projeto de lei n° 329/91, que propõe autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Sertaneja, os imóveis lotes n°s 9-A e 10-A da quadra n° 02, no perímetro urbano da sede do município acima mencionado e havidos pelo Estado do Paraná, conforme matrícula n°s 4353 e 4354 do Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício da Comarca de Cornélio Procopio, e não encontramos nenhum óbice que possa determinar a reprovação do projeto de lei.

Por isso, somos de parecer favorável para a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

ÉLIO RUSCH

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 330/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM n° 58/91, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Campo Mourão, os imóveis de sua propriedade, conforme específica. Com parecer favorável da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 12/08/91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 330/91

PARECER:

Em analisando a proposição supra, oriunda da mensagem do Poder Executivo n° 58/91, que versa sobre autorização para doar ao município de Campo Mourão, imóveis de sua propriedade, conforme específica.

Sob os aspectos legais, constitucionais e regimentais, nenhum óbice encontramos que pudesse inviabilizar ou impedir a medida.

Pelo que no nosso parecer é favorável a normal tramitação legislativa, com o envio do procedimento à análise final do egrégio Plenário.

Sala das Sessões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTE
E COMUNICAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 330/91

PARECER:

Analisando o Projeto de Lei n° 330/91 (mensagem 058/91) que autoriza o poder executivo a doar ao município de Campo Mourão os imóveis de propriedade do Estado, constituídos pelos lotes de terrenos urbanos ali descritos; este relator opina pelo parecer FAVORÁVEL a sua tramitação legislativa, com o envio do mesmo ao plenário desta Casa de Leis para a sua aprovação final.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 338/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que autoriza a Prefeitura de Terra Rica-Pr., a utilizar as dependências do Ginásio Estadual Santo Ignácio de Loyola, para implantação de Curso Supletivo fase I e II. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 95, de 13.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Protocolo n° 7725/91

Projeto de Lei n° 338/91

Autor: Deputado Neivo Beraldin

Súmula: Autoriza Município a utilizar Ginásio Escolar do Estado. (Regime de urgência).

PARECER:

Para que o município de Terra Rica possa implantar com rapidez o curso de supletivo, na Escola Municipal Professor Raul Menotti, fases I e II, o autor, nobre Deputado Neivo Beraldin está propondo que autorizemos o Governo do Estado a ceder, para aquele Município, as dependências do Ginásio Estadual Santo Ignácio de Loyola, até 31.3.1995.

Não percebemos nenhuma objeção legal ao pleiteado, razão que nos leva a recomendar sua aprovação e conseqüente tramitação regimental, até decisão final em

Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
PROPOSIÇÃO N° 338/91

PARECER:

Em analisando a proposição supra, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, versando, sobre autorização para que possa a Prefeitura de Terra Rica, utilizar-se do Ginásio Estadual Santo Ignácio de Loyola, para implantação de Curso supletivo. De caráter meritório o procedimento, nenhum óbice encontramos que possa inviabilizá-lo, pelo que nosso parecer é favorável a sua normal tramitação.

É o parecer favorável.

Sala das Sessões, em 05.09.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 342/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que autoriza a doação definitiva, às Prefeituras Municipais, das Máquinas e Caminhões recebidos em regime de Comodato. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 96, de 14.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 342/91

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Martins Annibelli, tem por finalidade a autorização para o Poder Executivo promover a doação definitiva de todas as Máquinas e Caminhões entregues em regime de comodato às Prefeituras Municipais.

Procedida à análise constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual, estando o plano de lei em condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 342/91

PARECER:

De laura do ilustre Deputado Antônio Annibelli o projeto em apreço, que autoriza a doação definitiva, às Prefeituras Municipais, das máquinas e caminhões recebidos em regime de comodato.

O projeto na douta Comissão de Constituição e Justiça, já recebeu Parecer Favorável para a devida apreciação em Plenário.

Considerando o notório mérito da iniciativa proposta, somos de opinião pela aprovação do projeto de lei em exame.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.09.91

(11) TOTI COLAÇO - Presidente;

ÉLIO RUSCH - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 357/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA-APMI de Paranaíba-Pr., Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n° 100, de 20.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 357/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Neivo Berardin, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Paranaíba.

O projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais deste Poder Legislativo, estando devidamente justificado.

No que se refere às disposições contidas na Lei n° 6.994 que regula as normas para declaração de Utilidade Pública, o presente projeto está perfeitamente adequado.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental ou legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do projeto mencionado.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 365/91, de autoria do Deputado SEVERINO FELIX PESSOA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DO POVOADO DA PRIMAVERA, situada na cidade de Leopólis. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n° 101, de

21.08.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO 365/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Severino Félix Pessoa, versando sobre a declaração de Utilidade Pública da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Povoado de Primavera. A proposição supra, analisada sob os critérios legais, constitucionais e regimentais, nenhum óbice ou impedimento possui, que possa inviabilizá-la, pelo que nosso parecer é favorável a apreciação em plenário.

É o parecer favorável.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 369/91, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública o CENTRO COMUNITÁRIO DE OBRAS SOCIAIS DE DOIS VIZINHOS. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n° 103, de 26.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 369/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado João Arruda chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário de Obras Sociais de Dois Vizinhos.

O projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais deste Poder Legislativo, estando devidamente justificado.

Da mesma forma atende as especificações contidas na Lei n° 6.994 que dispõe sobre as normas para declaração de utilidade pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental ou legal, manifesto-me favoravelmente pela tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

COSTENARO NETO - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 370/91, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO E OFICINAS DE CARIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA de Francisco Beltrão - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n° 103, de 26.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 370/91

PARECER:

O ilustre parlamentar propõe projeto de lei, que visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO E OFICINAS DE CARIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA DE FRANCISCO BELTRÃO, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão, neste Estado.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa de Leis.

Parecer Favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
EMÍLIA BELINATI - Relatora.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Ahú Cabral, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. nº 103, de 26.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Protocolo nº 8204/91

Projeto de Lei nº 374/91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores Bairro Ahú Cabral, de Curitiba.

Autor: Deputado Anibal Khury

PARECER:

O autor juntou toda a documentação necessária, revelando tratar-se de entidade beneficente, sem fins lucrativos e cujo relatório exibe um bom trabalho em defesa da comunidade.

Somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/91, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública o MELVI - Movimento Evangélico para Libertação de Vidas, com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. nº 106, de 29.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 380/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Eurides

Moura, visa o presente projeto de Lei declarar de Utilidade Pública o Movimento Evangélico Para Libertação de Vidas - MELVI, com sede no município de Londrina.

O projeto se encontra de acordo com os requisitos da Lei nº 6994/78, razão pela qual emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 044/91, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Edson Lino, que modifica o Art. 1º, da Resolução nº 074/90, de 24 de outubro de 1990, Município de Rio Branco do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. nº 96 de 14.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 044/91

PARECER:

O presente projeto de Resolução, de autoria dos nobres Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino, tem por finalidade, alterar o artigo 1º, da Resolução nº 74/90, modificando a área onde foi autorizada a realização de plebiscito para a criação do município de Rio Branco do Ivaí, desmembrado de Grandes Rios.

Procedida à análise da proposição, constatamos o objeto de dirimir dissensos no traçado das linhas limites da área proposta na Resolução nº 074/90, conforme ofício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, anexo ao processado.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela Aprovação do Projeto de Resolução em tela.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2393, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado: A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2384, 2395, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2383, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2391 e 2397, de

autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2396, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2378 a 2381, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2389, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Emília Belinzi, João Arruda e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2377, de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2373, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2372, 2371, de autoria do Senhor Deputado Toti Colago, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2369, 2368 de autoria do Senhor Deputado José Alves, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2392, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2399, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2386 e 2388, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2387, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2394, de autoria do Senhor Deputado Nilton César, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2364, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2398, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell, Ovídio Constantino, constante do expediente.- Encaminhe-se ao Ministério Público.

A Mesa comunica que recebeu correspon-

dência do Deputado José Felinto e, por considerá-la em termos impertinentes e fora das normas da Casa, devolveu para S.Eta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 325, 329, 330, 338, 342, 357, 365, 369, 370, 374 e 380/91, e do Projeto de Resolução n° 044/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 097, 328, 331, 334, 344, 410 e 411/91, e do Projeto de Resolução n° 043/91.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, para apreciação em

2ª Discussão dos Projetos de Lei n°s 410 e 411/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 1991.

OAB Repudia "Emendão"

O Presidente Nacional da OAB, Marcelo Lavenere Machado, e os ex-Presidentes Raymundo Faoro, Hermann Assis Baeta, Marcio Thomaz Bastos e Ophir Filgueiras Cavalcante divulgaram hoje, 26, uma "Proclamação" ao povo brasileiro repudiando o "Emendão", documento que o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional, em que propõe a alteração de 25 dispositivos da constituição. A "Proclamação" da OAB diz que o "Emendão" dilacera a constituição transformando-a em instrumento consagrador do arbitrio, do autoritarismo e do descomprometimento do País com seus deveres. Segue a íntegra da "Proclamação" da OAB:

NOTA OFICIAL

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil após reunião de sua diretoria juntamente com os ex-Presidentes, especialmente convocada para apreciar o conjunto das propostas de emenda a constituição formuladas pelo Poder Executivo, tem o dever de fazer esta Proclamação aos advogados, aos setores organizados da sociedade civil e aos cidadãos brasileiros.

1. Após longo período de instabilidade política o País se reencontrou com o processo democrático que culminou com a elaboração da constituição de 1988, ponto de partida para a construção da almejada sociedade que integrasse todos os brasileiros na participação do bem estar social.

2. - A Constituição de 1988 foi o re-

sultado de um grande esforço nacional, a somatória dos interesses conflitantes presentes na sociedade brasileira, resultado que foi da contribuição de todos os segmentos representativos da Nação. Nela não há radicalismos nem hegemonia, consagrou-se em seu texto um estado social moderno, marcado pela preservação de nossos valores histórico-culturais e comprometido com a realidade sócio-econômica brasileira. Tem harmonia e equilíbrio. Respeita a pessoa humana e seus valores, garante a propriedade e a empresa. Encerra, como toda obra humana, defeitos e qualidades que funcionam como um mecanismo de pesos e contrapesos.

3 - Por entender que uma constituição não vale se não tiver um mínimo de estabilidade, é que a Ordem dos Advogados, insistentemente, vem pregando a preservação de seus dispositivos diante das tentativas ousadas que cedo se organizaram contra ela, infelizmente tais maquinações vem crescendo da insinuação velada para a ameaça concreta, e desta para a efetivação da agressão. Tem-se a clara impressão de que a Constituição Brasileira, ao invés de documento a ser obedecido, é, para alguns, obstáculo a ser removido e posto de lado.

4 - Este receio se transformou em realidade com a conteúdo do "Emendão" proposto pelo Governo Federal. O conjunto de alterações constitucionais nele contido constitui um atentado ao povo brasileiro, à democracia, à ordem jurídica, o "Emendão" dilacera a constituição, transforma-a em instrumento consagrador do arbítrio, do autoritarismo, do descomprometimento do País com seus deveres, elimina o equilíbrio e a interdependência dos poderes, submetendo o legislativo e o judiciário a um executivo onipotente, dotado de prerrogativas imperiais absolutas. O "Emendão" não altera a constituição, fere-a de morte, subtraindo-lhe importantes conquistas do povo brasileiro. Não se tem notícia, na história das democracias, de instrumento mais ditatorial e despótico, mais anti-democrático e retrógrado, ele atinge mortalmente o direito adquirido e a harmonia entre os poderes, suprime o princípio da irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados e emascula o legislativo, cassa o dissídio coletivo, avilta o servidor público, condena os aposentados à indigência, aniquila o sigilo bancário, mutila o Ministério Público, devora o seguro-desemprego, fecha as universidades, abandona a educação, sepulta o princípio da anterioridade tributária, instaura a desigualdade pelo fim da isonomia, fortalece a exploração do capital financeiro, afronta decisão recente do Supremo Tribunal Federal na garantia dos direitos das pessoas colocadas em disponibilidade, suspende direitos ad-

quiridos, desorganiza e enfraquece a federação, cerceia as liberdades democráticas no seu todo e, no que lhe é mais caro, exclui à apreciação do judiciário os danos aos direitos individuais.

5 - O executivo, por outro lado, pretende tornar-se o único poder existente, dotado de hegemonia, tutelando o legislativo e o judiciário, sobre os quais faz pairar a pecha da incompetência e desídia. O Executivo fica pois colocado acima do bem e do mal, se sub-rogando ao Estado e à sociedade. A ele, sem controle de ninguém, cabe demitir, reduzir vencimentos, cortar verbas, impor tributos, livre de qualquer controle social. O empresário, o trabalhador, o servidor público, o contribuinte, alienam suas vidas nas mãos de um poder que assim se torna absoluto e incontrolado.

6 - Após confiscar a poupança, provocar o desemprego, a recessão, o achatamento salarial, a insegurança no meio empresarial, e não obstante falhando no combate à inflação, o governo, simulando resolver o impasse por ele próprio gerado, para que quer todos estes poderes? Para extinguir o monopólio estatal das telecomunicações, para liberar as taxas de juros, para desnacionalizar o patrimônio público, para se tornar dotado de uma autoridade absoluta, imperial. O modelo econômico que o Governo Federal vem tentando impor mais consulta aos interesses dos credores externos e do Fundo Monetário Internacional do que aos interesses do povo brasileiro. Para viabilizar tal ordem econômica o Governo federal precisa adaptar a ordem jurídico-constitucional a estes desígnios. É que foi dito pelo loquaz... agente do Fundo Monetário Internacional. É isto o que está propondo.

7 - Como se pode concluir não é só o conjunto dos direitos fundamentais do cidadão que está ameaçado, nem só a Constituição da República, nem muito menos a ordem jurídica ou só o regimento democrático. É mais, é a própria soberania nacional que está em jogo, postergados nossos valores mais arraigados à cobiça dos interesses internacionais.

Por outro lado, a forma como está apresentando o "Emendão, que deve ser rejeitado pelo congresso nacional, indica a montagem de um quadro que tenta aliciar os governadores dos Estados, expondo as instituições nacionais ao descrédito, e fazendo surgir o Poder Executivo como o único órgão empenhado no progresso da Pátria.

Tal montagem não ajuda à construção da democracia, constituindo uma aventura de conseqüências imprevisíveis.

A Ordem dos Advogados do Brasil, com este manifesto, exercita o seu dever de

lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas, especialmente nesta hora crucial em que sobre sua preservação paira grave ameaça, urge que o Congresso Nacional, que os Governadores, que os seg-

mentos organizados da sociedade, que os advogados, que o povo, digam um não, firme e conviço, a esta impatriótica e despropositada tentativa de degradação da ordem jurídica.

A. L. E. P.

CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO - ALG

BALANCE FINANCEIRO
DE 01 a 30 DE AGOSTO DE 1991

REF. - ALG245
PAG. - 1
DATA - 30.08.91

| RECEITA | |
|--|-------------------------|
| ORÇAMENTÁRIA | |
| RECEITAS CORRENTES | |
| Receita tributária | 0,00 |
| Receita de contribuições | 0,00 |
| Receita patrimonial | 0,00 |
| Receita agro-pecuária | 0,00 |
| Receita industrial | 0,00 |
| Receita de serviços | 0,00 |
| Transferências correntes | 1.077.000.000,00 |
| Outras receitas correntes | 0,00 |
| | <u>1.077.000.000,00</u> |
| RECEITAS DE CAPITAL | |
| Operações de crédito | 0,00 |
| Alienação de bens móveis e imóveis.... | 0,00 |
| Transferências de capital | 0,00 |
| Outras receitas de capital | 0,00 |
| | <u>0,00</u> |
| | <u>1.077.000.000,00</u> |
| EXTRAORÇAMENTÁRIA | |
| Débitos de tesouraria | 0,00 |
| Depósitos de diversas origens | 186.457.982,36 |
| Fundos especiais | 0,00 |
| Contas a regularizar | 0,00 |
| Contas do realizável | 0,00 |
| Acordos e convênios | 0,00 |
| Créditos de Despesas a Pagar | |
| Fornecedores | 115.041.273,12 |
| Despesas com Pessoal | 876.107.356,07 |
| Outras despesas a pagar | 0,00 |
| | <u>991.148.629,19</u> |
| | <u>1.177.606.611,55</u> |
| SALDOS DO MÊS ANTERIOR | |
| Caixa | 0,00 |
| Bancos | 881.170.203,43 |
| Vinculado em contas cor.bancárias .. | 0,00 |
| Títulos a receber | 0,00 |
| Devedores diversos | 0,00 |
| Diversos responsáveis | 0,00 |
| | <u>881.170.203,43</u> |

TOTAL3.135.776.814,98

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DAT

| DESPESA | |
|---|-------------------------|
| ORÇAMENTÁRIA | |
| Legislativa | 987.801.697,53 |
| Judiciária | 0,00 |
| Administração e planejamento | 0,00 |
| Agricultura | 0,00 |
| Comunicações | 0,00 |
| Defesa nacional e seg. pública | 0,00 |
| Desenvolvimento regional | 0,00 |
| Educação e cultura | 0,00 |
| Energia e recursos minerais | 0,00 |
| Habituação e urbanismo | 0,00 |
| Indústria, comércio e serviços | 0,00 |
| Relações exteriores | 0,00 |
| Saúde e saneamento | 0,00 |
| Trabalho | 0,00 |
| Assistência e previdência | 0,00 |
| Transporte | 0,00 |
| | <u>987.801.697,53</u> |
| EXTRAORÇAMENTÁRIA | |
| Restos a pagar | |
| Pagamentos | 45.460,00 |
| Cancelamentos | 0,00 |
| | <u>45.460,00</u> |
| Débitos de tesouraria | 0,00 |
| Depósitos de diversas origens | 169.244.432,98 |
| Fundos especiais | 0,00 |
| Contas a regularizar | 0,00 |
| Contas do realizável | 0,00 |
| Acordos e convênios | 0,00 |
| Débitos de despesas a pagar | |
| Fornecedores | 145.624.702,15 |
| Despesas com Pessoal | 915.642.347,06 |
| Outras despesas a pagar | 0,00 |
| | <u>1.061.267.049,21</u> |
| | <u>1.230.556.942,19</u> |
| SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE | |
| CAIXA | |
| Bancos | 0,00 |
| Vinculado em C/Correntes Bancárias .. | 917.418.175,26 |
| Títulos a receber | 0,00 |
| Devedores diversos | 0,00 |
| Diversos responsáveis | 0,00 |
| | <u>917.418.175,26</u> |

TOTAL3.135.776.814,98

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade